

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA REGIONAL DE CHAPECÓ  
UNOCHAPECÓ  
ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS

**INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR SOB A ÓTICA  
DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CHAPECÓ E REGIÃO OESTE DE  
SANTA CATARINA (REGIÃO DA AMOSC)**

MÁRCIA MODESTO DE ABREU

CHAPECÓ - SC, 2010

MÁRCIA MODESTO DE ABREU

**INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR SOB A ÓTICA  
DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CHAPECÓ E REGIÃO OESTE DE  
SANTA CATARINA (REGIÃO DA AMOSC)**

Monografia apresentada à UNOCHAPECÓ, como parte dos requisitos para Pós Graduação em Gestão Social de Políticas Públicas, sob orientação do professor Msc. Valdecir Luiz Bertollo.

Chapecó - SC, 2010

## RESUMO

A agricultura familiar passou durante as últimas décadas um processo de modernização que provocou alterações profundas na forma de produzir e comercializar. A modernização na realidade impôs modificações no perfil técnico e econômico o que demandou uma maior competitividade. O estudo tem como **tema** as inovações tecnológicas da agricultura familiar da região oeste de Santa Catarina. Trata-se de um conjunto de questionamentos que define o seguinte **problema de pesquisa**: Quais são as possibilidades e limites para o acesso dos agricultores familiares do oeste catarinense às inovações tecnológicas? Os **objetivos da pesquisa** buscaram identificar as possibilidades e limites para o acesso dos agricultores familiares as inovações tecnológicas no oeste catarinense. Utilizou-se como **referencial teórico**, embasamento através de pesquisa bibliográfica com diversos autores, e como **método de pesquisa** foi dividido em duas etapas, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa a campo. A pesquisa bibliográfica se constituiu na coleta dos referenciais para a fundamentação teórica. Foram coletados dados referentes ao tema junto à biblioteca e internet. Na pesquisa a campo, o instrumento de coleta de dados foi um questionário aplicado a 15 propriedades rurais, envolvendo as comunidades do município de Chapecó e região oeste de Santa Catarina. Os **resultados** indicam alguns pontos determinantes sobre propriedades rurais. O modelo tradicional da agricultura foi herdada dos pais e avós, e continua presente, dificultando uma mudança de atitude dos agricultores mais velhos, no sentido de aceitar que, aquele modelo exploratório do desbravamento da região, não permite a obtenção de renda suficiente para a manutenção da família, sendo necessário a criação de políticas públicas para que os agricultores permaneçam no campo.

**Palavras-chave:** Agricultores familiares; Inovação Tecnológica; Desenvolvimento e Políticas Públicas.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa etária dos agricultores entrevistados.....	34
Gráfico 2: Situação das propriedades pesquisadas.....	35
Gráfico 3: Tamanho das propriedades estudadas.....	35
Gráfico 4: Percentagem dos possíveis escolhidos para sucessor nas propriedades.	36
Gráfico 5: Percentagem das principais organizações em que os agricultores são apoiados.....	37
Gráfico 6: Principais formas de organização nas propriedades.....	38
Gráfico 7: Processo decisório do grupo familiar.....	39
Gráfico 8: Atividades desenvolvidas nas propriedades.....	40
Gráfico 9: O que compra na comunidade.....	41
Gráfico 10: Produção e comercialização das propriedades.....	41
Gráfico 11: Renda bruta mensal nas propriedades.....	42
Gráfico 12: Origem da principal fonte de renda das propriedades.....	43
Gráfico 13: Planejamento para realizações de melhorias nas propriedades.....	44
Gráfico 14: Processo de tomada de decisões nas propriedades, frente situações de risco...	44
Gráfico 15: Principais formas de assistência oferecidas às propriedades.....	45
Gráfico 16: Percentagem da qualidade dessa assistência.....	46
Gráfico 17: Inovações tecnológicas.....	47
Gráfico 18: Principais inovações realizadas nas propriedades.....	48
Gráfico 19: Meios de informações das propriedades para utilização de novas técnicas.....	49
Gráfico 20: Percentagem dos problemas que impediram a realização de inovações.....	50
Gráfico 21: Utilização de registro contábil nas propriedades pesquisadas.....	51
Gráfico 22: Premissas para a permanência dos agricultores no campo.....	52
Gráfico 23: Qualidade da terra.....	53
Gráfico 24: Água consumida.....	54
Gráfico 25: Lixo doméstico.....	54
Gráfico 26: Formas de reflorestamento empregadas nas propriedades.....	55
Gráfico 27: Problemas ambientais existentes nas propriedades.....	56
Gráfico 28: Principais problemas existentes nas propriedades/municípios.....	57

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa dos Municípios da AMOSC.....	14
---------------------------------------------	----

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Distinções entre os modelos patronal e familiar.....	26
----------------------------------------------------------------	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

FUNDESC - O Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

PROCAPE - Programa Especial de Apoio a Capitalização de Empresas.

PROFASC - Programa de Desenvolvimento da Indústria de Suínos de SC.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>12</b>
2.1 Objetivo geral.....	12
2.2 Objetivos específicos.....	12
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>13</b>
3.1 Delineamento da pesquisa.....	13
3.2 Instrumento de coleta de dados.....	14
3.2.1 Método de abordagem.....	15
3.2.2 Método de procedimento.....	15
<b>4 AGRICULTURA.....</b>	<b>16</b>
4.1 A agricultura no Brasil.....	16
4.2 Agricultura no Estado de Santa Catarina.....	22
4.2.1 Agricultura na região oeste do Estado de Santa Catarina.....	23
4.3 Agricultura familiar e inovações tecnológicas.....	25
4.3.1 Inovações tecnológicas.....	27
4.4 Sustentabilidade.....	29
4.5 A gestão das políticas na agricultura brasileira moderna.....	31
<b>5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>34</b>
5.1 Características dos produtores e das propriedades.....	34
5.2 Variáveis sociais.....	36
5.3 Atividades agrícolas desenvolvidas e ações de mercado.....	39
5.4 Processo decisório.....	44
5.5 Formas de gestão.....	50
5.6 Variáveis ambientais.....	53
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>64</b>



# 1 INTRODUÇÃO

O país como um todo, está vivendo transformações estruturais extremamente ágeis e profundas. Com isso, todos os segmentos produtivos estão de uma ou de outra forma sofrendo o impacto e ao mesmo tempo, com muita agilidade e sabedoria se adaptando, se ajustando, para garantir sua sobrevivência. As transformações que estão ocorrendo também no meio rural, provocadas pelo avanço das relações de produção, ocasionaram o aprofundamento da inserção dos produtores familiares na economia de mercado, e conseqüentemente, agregaram novos e mais complexos fatores no cotidiano do homem do campo.

Os meios de produção, em decorrência da globalização e internacionalização da economia que demandou uma maior competitividade para o setor, passaram a depender fortemente da aplicação da Ciência e da Tecnologia, assim como da qualidade da informação, da gestão e da coordenação nos processos de produção, distribuição, circulação e consumo. Algumas tendências, além do crescente papel da informação, já podem ser percebidas: a organização da produção vem sofrendo profundas e rápidas transformações, a concorrência ganhou dimensão global, tudo isso em meio a uma evolução tecnológica sem precedentes. A agricultura familiar passou durante as últimas décadas um processo de modernização que provocou alterações profundas na forma de produzir e comercializar. A modernização na realidade impôs modificações no perfil técnico e econômico da agricultura brasileira, mas não foi capaz de fazê-lo sem a exclusão de uma parcela importante da “pequena produção”, que desapareceu como conseqüência da migração de seus componentes para a periferia dos centros urbanos. (EMBRAPA, 2000).

Dados da FAO indicam que 78% dos agricultores da América Latina empregam no processo produtivo mão-de-obra familiar, têm restrições tanto de qualidade quanto de quantidade de terra para cultivar, têm pouca instrução, baixa organização e uma oferta de tecnologias que não lhes permite reverter essas condições adversas. Dado que a tecnologia é um instrumento importante para o avanço da sociedade, é imprescindível o uso das tecnologias socialmente apropriadas, não como contraposição às tecnologias intensivas em capital, mas como um alargamento do leque de opções tecnológicas. Estas devem permitir aos agricultores mais pobres, a participação no processo ampliado de produção, mesmo que lentamente nas fases iniciais.

Ainda, segundo a Embrapa (2000), as unidades agrícolas familiares ocupavam aproximadamente 14 milhões de pessoas (56% do ativo total), e eram responsáveis por quase

30% do valor total da produção agropecuária nacional, mas ocupavam apenas 22% da área de produção agrícola.

Segundo Tedesco (1999), a intenção de adentrar nos estudos acerca do agricultor familiar também se alimentou da necessidade de uma concepção crítica de sociedade, que, ao que parece, se alicerça em vínculos mercantis sob o paradigma do mercado. Os elementos e os processos conseqüentes disso para o meio rural são conhecidos: êxodo rural, movimentos sociais, urbanização desenfreada, desemprego, redefinições de vínculos familiares, etc, assim como o (res) surgimento de inúmeras estratégias, de racionalidades adaptativas (releituras) e histórias incorporadas em função das armas disponíveis, das condições objetivas de enfrentamento e adaptação de que os agricultores dispõem que intencionam e que, quando podem, realizam.

É na tentativa de participar e contribuir com este debate que o autor se propôs desenvolver este trabalho, cuja questão principal é identificar quais são as possibilidades e limites para o acesso dos agricultores familiares do oeste catarinense às inovações tecnológicas?

E, no oeste catarinense está realidade também está presente, pois a região é formada, predominantemente, de pequenos agricultores e possui uma estrutura agroindustrial instalada. O que torna imprescindível a discussão de novos métodos de produção e posicionamento da agricultura familiar, pois, historicamente o Oeste Catarinense tem se apoiado na agricultura familiar. Entretanto, percebe-se o empobrecimento da população rural, acompanhado pelo êxodo, da poluição do solo e da água e das dificuldades de reprodução social e econômica da agricultura familiar e acredita-se que em grande parte, esse é o resultado do modelo de agricultura e de articulação da agricultura familiar com as grandes agroindústrias, que historicamente se consolidou na região.

Surge então a necessidade de mais políticas públicas para o setor, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos mesmos, visto que, aliado a todos esses problemas temos uma redução drástica na disponibilidade dos recursos naturais. Partindo da necessidade de criação de políticas públicas que atendam esta camada da sociedade atualmente menos favorecida. Tendo em vista que as necessidades são ilimitadas e os recursos cada vez mais escassos, surgindo a importância de políticas eficientes preocupadas com o desenvolvimento regional e a sustentabilidade o presente estudo teve como objetivo: identificar as possibilidades e limites para o acesso dos agricultores familiares as inovações tecnológicas no oeste catarinense.

O estudo divide-se em quatro partes. Na primeira parte do estudo aborda-se o referencial teórico onde são abordados temas como a Agricultura no Brasil, no Estado de Santa Catarina, no Oeste Catarinense, a Agricultura familiar e inovações tecnológicas, gestão das políticas na agricultura brasileira moderna e sustentabilidade. Na segunda parte evidencia a metodologia, processo de pesquisa utilizado para a realização do estudo. A terceira parte aborda os dados coletados na pesquisa de campo com a apresentação dos dados e análise, e, finalmente a considerações finais, onde se explana a importância da pesquisa, as dificuldades, sobre as inovações tecnológicas na agricultura familiar sob a ótica dos agricultores familiares de Chapecó e Região Oeste de Santa Catarina.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

Identificar as possibilidades e limites para o acesso dos agricultores familiares as inovações tecnológicas no oeste catarinense.

### **2.2 Objetivos específicos**

- Identificar as práticas agrícolas utilizadas atualmente pelos agricultores de Chapecó SC e Região Oeste Catarinense;
- Verificar a existência de políticas públicas preocupadas com o acesso dos pequenos agricultores as inovações tecnológicas;
- Analisar o perfil das propriedades e do agricultor familiar do oeste catarinense;
- Caracterizar a aceitação dos agricultores perante as inovações tecnológicas;
- Problematizar a noção de desenvolvimento sustentável;
- Levantar dificuldades encontradas na adoção de inovações pelos agricultores familiares.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 Delineamento da pesquisa**

Na primeira parte da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica, contextualizando a agricultura no Brasil e no oeste de Santa Catarina, suas particularidades, principais cultivos e perfil destes agricultores. Nesta primeira parte, se utilizou a pesquisa em material já elaborado, como livros, artigos, sites da internet.

Na segunda parte realizou-se uma pesquisa de campo junto aos agricultores delimitando, agricultores pertencentes a região oeste através de um questionário elaborado pelo autora (ANEXO A). A aplicação deste questionário foi realizada pela autora junto aos agricultores.

A pesquisa foi dividida em duas etapas, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa a campo. A pesquisa bibliográfica se constituiu na coleta dos referenciais para a fundamentação teórica. Foram coletados dados referentes ao tema junto à biblioteca e internet. Nesta etapa foi realizado um amplo levantamento bibliográfico sobre as diferentes variáveis envolvidas no estudo como: variáveis sociais, econômicas e ambientais das propriedades familiares em estudo, bem como um levantamento sobre a agricultura familiar numa esfera global, regional e local.

Na pesquisa a campo, o instrumento de coleta de dados foi um questionário aplicado a 15 propriedades rurais, envolvendo as comunidades do município de Chapecó e região oeste de Santa Catarina. O presente estudo teve como área de abrangência municípios pertencentes da região da AMOSC. Sendo composto por 20 municípios, dentre os quais Chapecó que se destaca por ser um pólo industrial, e os demais municípios pela diversidade na produção familiar importantes para a economia da região. São eles: Águas de Chapecó, Águas Frias, Caxambu do Sul, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambu, Irati, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, Santiago do Sul, São Carlos, Serra Alta, Sul Brasil, União do Oeste.

## AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina.

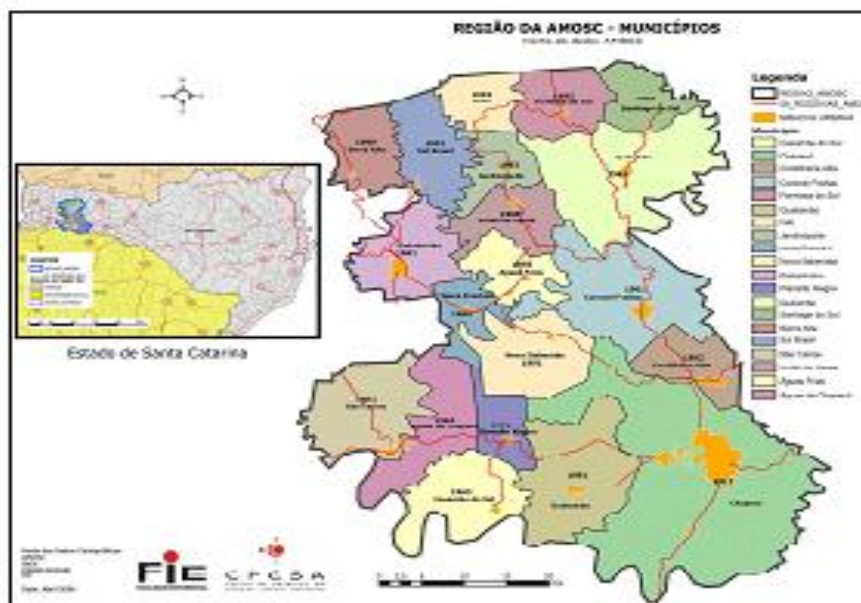


Figura 1: Mapa dos municípios da AMOSC.  
Fonte: BENCKE *et al*, 2008.

### 3.2 Instrumento de coleta de dados

A coleta de dados junto aos produtores compreendeu a aplicação de um questionário com 71 questões dos tipos abertas e fechadas, que subdivididas em 6 itens principais que são:

- Características do produtor e propriedade;
- Variáveis sociais
- Variáveis econômicas;
- Processo decisório;
- Gestão
- Variáveis ambientais

Esse questionário teve como base o questionário aplicado por Conte (2008).

A análise dos dados foi realizada com base nos recursos estatísticos do software Excel, que gerou tabelas, figuras, médias e porcentagens, permitindo obter representações simples e complexas dos resultados.

### 3.2.1 Método de abordagem

O método utilizado nessa pesquisa é o método indutivo.

O método indutivo parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior ao trabalho e coleta de dados particulares. De acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmados dessa realidade (GIL, 2000 p.28).

Nesse método, parte-se da observação dos fatos, cujas causas se deseja conhecer, adotando a observação e a coleta dos dados para atingir o conhecimento científico. A metodologia da pesquisa será quantitativa e qualitativa.

Richardson (1999, p.70) contextualiza o método quantitativo:

Como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde os mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.

Sendo possível fazer uma análise qualitativa dos resultados encontrados.

### 3.2.2 Método de procedimento

O método de procedimento utilizado na elaboração dessa pesquisa é o monográfico e de análises estatísticas, no qual consiste:

O método monográfico fundamenta-se no estudo aprofundado de um caso considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes. Esses casos podem ser constituídos por indivíduos, instituições, grupos, comunidades, profissões etc. (GIL, 2000, p. 42).

“O método de análise estatística implica um refinamento bastante grande com relação à coleta bruta de dados e à análise de sua representatividade no universo que forma o objeto de pesquisa”. (BOCCHI, et al. 2004, p. 75).

Sendo que a obtenção dos dados estatísticos foi realizada através da aplicação de questionários junto aos agricultores da região oeste de Santa Catarina.

## 4 AGRICULTURA

### 4.1 A agricultura no Brasil

A agricultura brasileira só começou a existir concretamente como setor econômico diferenciado a partir da independência política do país em 1822, partindo da formação da economia de mercado, a partir do período colonial, especificamente quando o Brasil deixou de ser colônia de Portugal, pois muitos anos a agricultura brasileira foi nômade e extrativista. Sendo que seu desenvolvimento começou a ganhar contornos expressivos dentro do governo de 1960, nessa época predominavam os interesses dos senhores de engenho no Nordeste e dos aristocratas do café no Centro-Sul do país. (SZMRECSANYI, 1990).

De 1930 a 1970 estabeleceu-se e consolidou-se no país um novo padrão de desenvolvimento, baseados nos setores urbanos e industriais da economia, sendo cada vez mais voltado para o atendimento da demanda de um mercado interno em franca expansão, sendo que até a década de 1920 era predominantemente rural e correspondia ao modelo primário, no qual o setor agropecuário constituía o setor dominante. Nas décadas subseqüentes à grande crise 1929/30, ela evoluiu para uma economia urbanizada e industrializada, no qual o setor agropecuário deixou de constituir o segmento dominante, cedendo lugar aos setores industriais e serviços, havendo uma integração da agropecuária com a indústria. (SZMRECSANYI, 1990).

Para Rocha et.al (1991), esse desenvolvimento acelerado da economia brasileira a partir da década de 1950 provocou uma natural perda de importância relativa do Setor Agrícola. Estima-se que nos aspectos demográficos, a população brasileira vem se urbanizando, e que para a década de 90, existia uma presença de 26% da população na zona rural, isto é, uma diminuição da população rural.

A abordagem da globalização está essencialmente baseada na pressuposição de que a agricultura teria perdido seu dinamismo econômico, ideológico e político e que a estrutura agrícola não é mais a força econômica que formata o sistema alimentar e a sociedade rural. Assim, a tendência desta abordagem seria ignorar a estrutura da própria agricultura e enfatizar às dinâmicas econômico-políticas das cadeias de commodities e sistemas alimentares pensadas como determinando as estruturas agrícolas. (MIOR, 2005, p. 28).

A diminuição da população rural não determina a perda da importância do setor agrícola, pois a demanda por alimentos e demais produtos originários da área rural permanece



e se amplia na área urbana. Ainda segundo Rocha et al (1991), a persistência do setor agrícola como um dos grandes determinantes do nível da atividade econômica, diretamente ou indiretamente através de sua inserção nos diversos setores da economia, nos levando a conclusão de que a evolução tecnológica na agricultura é imprescindível ao desenvolvimento da economia brasileira. Sendo que a tecnologia agrícola, em grande parte, de especificidade regional e em muitos casos de difícil apropriação pelo seu gerador, pois o poder público tem sido o principal investidor, principalmente a partir dos anos 70 que com a criação da EMBRAPA<sup>1</sup>, especificamente a partir de 1973 que o investimento federal na implantação e operação de uma infra-estrutura física e de recursos humanos se dinamizou, chegando em 1983 em quase 60% dos gastos em pesquisas agrícolas no país.

A agricultura brasileira graças a uma conjuntura interna e externa favorável, teve seu processo de transformação nas suas estruturas produtivas durante a década de 1970. O protecionismo e o apoio financeiro maciço por parte do Estado constituíram as suas bases, reconhecendo uma série de características que atestam essa transformação: a mudança da base técnica, a integração do mercado interno, a agroindustrialização crescentemente oligopolizada e internacionalizada. A agricultura no Brasil, desde que iniciou o seu processo de modernização, na década 60, do século XX, passou a utilizar com exclusividade um modelo agrícola diferente daquele executado nos moldes do camponês, dessa vez, com o propósito de introduzir intensamente tecnologia construída pela química-mecânica (ROCHA et al., 1991).

Segundo Leonardo Boff (1998, p. 25), o desejo instaurado pelo capitalismo de melhorar a condição humana, na prática, piorou a qualidade de vida, o sonho do crescimento ilimitado produziu o subdesenvolvimento de mais de 2/3 da humanidade, os sistemas vitais foram atingidos e ocorreu a desintegração do equilíbrio ambiental.

Tanto no capitalismo como no socialismo real se corroeu a base da riqueza que é sempre a terra com seus recursos e o trabalho humano. Tanto a terra está exausta como a criatividade humana, substituída por nova revolução tecnológica, da informação, da robotização, dispensando milhões de trabalhadores. Ambos, TERRA e TRABALHADORES, estão feridos e sangram perigosamente. (BOFF, 1998, p. 25).

Partindo do modelo de agricultura, baseado na química, fez com que os agricultores se deslumbrassem com possíveis resultados imediatos e assim abandonassem a prática natural de fertilidade dos solos. Em função da facilidade de produção oferecida através da modernização

---

<sup>1</sup> EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

agrícola, ainda paira entre os agricultores modernos uma necessidade na compra de fertilizantes e adubos químicos para a atividade agropecuária (BOFF, 1998).

A agricultura moderna do Brasil tem suas raízes vinculadas aos resultados da Revolução Industrial, iniciada na Europa Ocidental, em fins do século XVIII, foi a urbanização, intensa e rápida, da sociedade, pois a industrialização, através de suas máquinas, acabou mecanizando o campo e liberando sua mão-de-obra. Então esse percentual deslocou-se, para as cidades e empregou-se nas fábricas. (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

O deslocamento de pessoas do campo para as cidades (em outras palavras, a migração rural-urbana) traduziu-se, sob a forma de urbanização da sociedade. A Revolução Industrial alterou o modo de produção, que tornou o investimento o instrumento de produção e não investe mais apenas na matéria-prima, no produto acabado.

Segundo Graziano da Silva (1998) semelhante ao ocorrido na Europa, no século XVIII, a agricultura brasileira continua se modernizando a cada dia, com isso uma necessidade de controle como instrumento de gestão. As atividades agrárias brasileiras apresentam importância histórica e estão relacionadas com um setor capaz de produzir notável volume de riquezas. Nesse objetivo a atividade agrícola no Brasil precisa ser vista de forma diferente como uma agricultura moderna com muitas oportunidades, em que o agricultor possa ter perspectivas futuras de aumento de produção e, também, poder planejar sua maneira de cultivo com meios mais modernizados, porém, para isso, o agricultor precisa ter apoio dos governos (municipal, estadual e federal) que criem possibilidades para a melhoria das condições de produção e de consumo no setor agrícola.

Com a modernização agrícola também veio a crise econômica nacional e vieram grandes problemas como o endividamento junto aos bancos. A modernização da agricultura brasileira, especialmente na década de 70, foi uma época boa para financiamentos, estes eram feitos com juro fixo e os agricultores podiam começar a melhorar e modernizar suas propriedades. A modernização da agricultura vai além do aspecto puramente tecnológico, ou econômico. Ela necessita de uma nova orientação dos padrões de organização sócio-econômica e técnica para o meio rural. Isso implica dizer que a sustentabilidade da agricultura vai além do setor rural. (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Para Graziano da Silva (1998, p. 21):

O processo de modernização reflete-se na elevação do consumo intermediário na agricultura, que indica a crescente dependência da agricultura de compras industriais para a produção de suas mercadorias. Nessa nova fase, a economia brasileira passou por um profundo processo de reajustamento com a formação do complexo industrial e desenvolvimento do mercado interno, juntamente com as

especializações das fazendas que trocou a mão-de-obra escrava pelos colonos, aprofundando a divisão entre campo-cidade e agricultura-indústria.

A agricultura teve um crescimento com base no aumento das áreas cultivadas que contribuíram para a exportação das fronteiras agrícolas do país, que para atingir os objetivos do avanço produtivo passou-se a introduzir máquinas e implementos agrícolas.

Segundo Graziano da Silva (1998, p. 20), “[...] o termo modernização foi utilizado no processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no período pós-guerra com a importação dos tratores e fertilizantes para aumentar a produção.” Embora a produção fosse voltada para o mercado interno, com a implantação da modernização, a produção foi se voltando para exportação.

Com relação a produção de máquinas agrícolas, a indústria nacional teve um começo lento na segunda metade dos anos 50, do século XX .

Para Zuquim e Benedicictis (2001, p. 01):

Na década de 1950 observou-se a aceleração industrial e a modernização da economia brasileira como um todo, o que também influenciou as atividades agrárias. Com a modernização do campo os produtores têm como produzir produtos integrados com as indústrias, os quais são chamados de produtores integrados, assim alocando mais recursos no setor agropecuário. Tendo como principal elemento o desenvolvimento do mercado interno capitalista, o qual traz a divisão social do trabalho.

No entanto, a agricultura pode separar diferentes tipos de matéria-prima para vários tipos de produtos. Dessa maneira, a própria agricultura se transformou em produtora de mercadoria. Assim, criou-se um mercado de trabalho que também é conhecido como divisão de trabalho entre o campo e a cidade. O mercado de trabalho foi se ampliando na medida em que o capitalismo foi se desenvolvendo, pois esse processo de crescimento adquiriu sua importância na medida em que o consumo aumentou.

Para José Graziano (1998), na verdade, a separação do campo-cidade é uma forma aparente que assume o próprio desenvolvimento capitalista da agricultura. Sendo que essa separação só ocorre por inteiro quando a indústria muda-se para a cidade.

A transformação da agropecuária e da agricultura não está apenas condicionada num processo artesanal para um sistema manufaturado por terceiro, mas também com máquinas e divisão de trabalho. A partir do pós-guerra, ao lado do crescimento extensivo da produção a agricultura brasileira implementou, de forma mais decisiva, um processo de modernização de sua base técnica.

O termo modernização tem tido uma utilização muito ampla, redefinindo ora às transformações capitalistas na base técnica da produção ora à passagem de uma agricultura 'natural' para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente. [...] o termo modernização será utilizado para designar o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade. (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 19).

No entanto, a produção agropecuária deixa de ser realizada com o auxílio das forças da natureza para ser comandada pela tecnologia complexa proposta pelo capitalismo.

Ainda segundo Graziano da Silva (1998), o longo processo de transformação da base técnica chamado de modernização, culminou, com a própria industrialização da agricultura. Esse processo representa na verdade a subordinação da natureza ao capital que, gradativamente, libertou o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas com a introdução de alta tecnologia.

A dinâmica do complexo rural era determinada pelas flutuações das exportações, pois a produção agrícola do Brasil nessa época estava voltada basicamente para as exportações. No interior das grandes fazendas passou-se a produzir, não só produtos agrícolas, mas também manufaturados, equipamentos para transportes, habitação e outros. Esses produtos só tinham valor de uso, não se destinavam para o mercado, pois esse ainda não existia.

O processo de modernização, ao mesmo tempo em que implica a mercantilização intra-setorial da agricultura, promove a substituição de elementos internos do complexo rural por compras extra-setoriais (máquinas e insumos), abrindo espaço para a criação de indústria de bens de capital e insumos para a agricultura. (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 20).

Segundo o autor a constituição do complexo agro-industrial e novos papéis do estado no padrão agrícola pós- 60 houve uma quebra nos mecanismos de integração da agricultura no padrão de acumulação industrial, que iria se direcionar a uma reorganização da agricultura a partir da produção agrícola e a renovação das estruturas.

Agora a dinâmica da agricultura está centrada no desenvolvimento dos complexos agroindustriais, com ajuda do governo orientando para a modernização da agricultura visando juntar com a indústria de insumos e processamentos de matéria-prima e criando condições de infra-estruturas necessárias a expansão do setor em conjunto. Assim surge um novo padrão da agricultura, orientando o fundamental aumento da produção, sem chegar substituir totalmente o antigo padrão de expansão agrícola. (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 23).

A partir da década de 60, do século XX, houve um novo padrão na agricultura brasileira, com a criação de complexos agroindustriais (CAI). Essa constituição surgiu como a

modernização da agricultura, sendo que naquele momento o processo foi manter e expandir o CAI. Pois a partir de 1964 com a “industrialização expandida” surgiu novo fator importante como: a diversificação das exportações e a substituição localizada de matéria-prima.

A constituição dos CAIs pode ser localizada na década de 70, a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura. (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 31).

Com isso pode-se verificar que a agricultura brasileira deixou por completo a existência de seus antigos complexos rurais fechados e passou a avançar rumo a modernização cada vez maior.

No momento da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) houve o rompimento do antigo desenvolvimento com a implantação de um novo sistema agrícola.

Tanto na expansão da agroindústria processadora como da internalização da produção de parte considerável dos fertilizantes, herbicidas, fungicidas, vacinas par animais e outros. Também com esse impacto e paralelamente com o choque do petróleo de 1973 fez com que o país se lançasse à produção de álcool combustível produzindo um impacto descomunal na agroindústria de açúcar e álcool e na agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 24).

No final dos anos de 1960 a política interna contribuiu com a mudança significativa no desenvolvimento da agricultura. Com essas mudanças possibilitou a concretização dos complexos agroindustriais.

Conforme MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2011) o empenho do governo federal ao longo desses anos, instrumentalizaram políticas públicas no setor rural gerando resultados expressivos. O Brasil hoje ocupa o primeiro lugar no ranking de exportação de açúcar, café em grãos, carne bovina, carne de frango, suco de laranja, tabaco e etanol. Um dos aspectos notáveis no sucesso recente da agricultura nacional é o aumento da produtividade, que teve papel fundamental no crescimento da produção agrícola brasileira, pois entre 1990 e 2009 a área plantada de grãos subiu 1,7% ao ano, enquanto a produção cresceu 4,7%, reforçando a economia nacional.

Assim fica evidenciado que os aumentos da produção agrícola, o Brasil pôde competir nos mercados internacionais de produtos agropecuários e assim conquistar seu espaço nesse mercado. Por outro lado, pode-se constatar que o reverso desse processo foi a desestruturação da pequena produção de base familiar, e a constante deterioração dos ecossistemas, abalando a estabilidade das estruturas sociais no campo e nas cidades.

Os anos 80 caracterizaram-se pela recessão econômica, pela queda nos preços internacionais dos produtos agrícolas e também pela instabilidade na elaboração das políticas agrícolas, necessitando assim a interferência do Estado na agricultura. Na falta de definições de longo alcance, os agricultores procuravam então, de diversas formas criar estratégias de produção e de luta política, sendo marcado pela politização dos agricultores, através dos movimentos sociais, desde os movimentos dos sem-terra até as organizações das elites. (SANTOS et. al. 1991).

Conforme Mior (2005), à medida que a agricultura foi se especializando também ampliaram-se as relações técnico-produtivas e comerciais com setores provedores de insumos, de um lado, e de processadores de seus produtos, de outro, assim passando a agricultura a fazer parte do complexo agroindustrial. Sendo que nesta linha de argumentação conforme o autor, a cadeia produtiva, nos passa uma idéia de força, mostrando que a atividade agrícola está cada vez mais integrada com outros segmentos econômicos industriais e que a agricultura condicionadas pela evolução tecnológica vem ampliando sua participação no mercado.

#### **4.2 Agricultura no Estado de Santa Catarina**

O estado de Santa Catarina possui um território total de 95.286,1 km<sup>2</sup>, o que equivale a 1,12% do território nacional (CEPA, 2007). O estado, por sua condição geográfica e histórica, caracteriza-se pela presença marcante da agricultura familiar, que apresenta forte influência da cultura e dos valores rurais na formação social, econômica e política. (SCHMIDT; TURNES, 2002).

Conforme Paulilo; Schmidt (2003), o Estado de Santa Catarina segura um modelo de agricultura trazida da Europa. Por tal motivo, que em nível nacional o estado tem muito minifúndios, com uma distribuição equilibrada, das áreas por todo o território.

Entre 1996 e 2000, em Santa Catarina, 164 mil pessoas deixaram o campo, ou seja, 13,3% da população rural - (IBGE censo 2000). Se admitirmos uma média de 5 pessoas por família, 32.800 famílias abandonaram o campo em 4 anos. Evidencia-se que a maior parte dos migrantes é constituída de jovens. Portanto, a agricultura perde, também, vitalidade, vigor e capacidade de inovar. A propensão em aceitar a mudança demanda maior tempo. (BEREZANSKI, 2008, p. 2).

Ainda segundo Berezanski (2008) com o advento da globalização ganha quem é mais flexível e decide mais rápido. Já o campo, apesar de dispor de muitas informações, poucas são decodificadas e aproveitadas com resultados. Em muitos momentos as

informações confundem e desorientam os agricultores, pois são massificadas e desordenadas. São oferecidos muitos caminhos, mas nem todas as ofertas mostram com clareza quais ferramentas, equipamentos e meios necessários para transitar com segurança.

A agricultura catarinense, de caráter predominantemente familiar, além de desempenhar um papel importante na produção de alimentos e matérias-primas, como suínos, maçã, alho, milho, feijão, fumo e outras (MIOR, 2005) contribui para a ocupação do espaço rural, para a manutenção da paisagem, do meio ambiente e para a preservação da cultura. (ALTMANN et al, 2003).

#### **4.2.1 Agricultura na região oeste do Estado de Santa Catarina**

A região oeste de Santa Catarina ocupa uma área de 25,3 mil km<sup>2</sup>, estendendo-se desde o Planalto Catarinense, até a fronteira com a Argentina, tendo sua colonização intensificada a partir de 1940, momento em que se estabeleceram as empresas agroindustriais. Podemos dizer que a competitividade regional tem sido construída a partir da interação da produção agrícola familiar diversificada.

A dinâmica socioeconômica da região Oeste Catarinense não pode ser compreendida sem a necessária contextualização da sua relação com o desenvolvimento macroeconômico brasileiro, a região era ocupada por índios e caboclos, quais não tinham propriedade da terra, sendo que foi a partir da colonização iniciada na década de 20 que a economia do oeste catarinense se integrou com a economia nacional. A região oeste foi colonizada principalmente por colonos de origem italiana e alemã, em sua maioria com tradição na policultura e criação de animais domésticos. (TESTA et al, 1996).

A produção caracterizou-se pela predominância da família enquanto unidade organizadora do processo produtivo e do trabalho. Embora o processo de produção seja familiar, o produto não é meramente para a subsistência e sim orientado para o mercado, sendo dessa forma até nos dias atuais.

A competitividade regional tem sido construída a partir da interação da produção agrícola familiar diversificada com o setor privado agroindustrial apoiados pelo Estado. A produção familiar, caracteriza-se pelo trabalho familiar, pela diversificação agrícola, com a predominância da renda advinda da agricultura, alicerçada nos recursos naturais solo, florestas e água. (TESTA et al, 1996, p. 22).

Ainda em Testa et al (1996), o estado de Santa Catarina, possui condições naturais adversas, e se constitui um dos maiores pólos agroindustriais da América Latina,

fundamentado na agricultura familiar diversificada. As atuais tendências tecnológicas, de mercado, de uso dos recursos naturais, de sistemas de produção agrícola e de políticas de desenvolvimento, apontam a exclusão da produção agrícola comercial de aproximadamente 250 mil pessoas, das quais 80 mil economicamente ativas. Sendo assim é necessário um desenvolvimento que mantenha o dinamismo econômico, condicionado pela sustentabilidade e conciliada com a competitividade, o que necessita a mobilização dos governos e da comunidade para a construção de um modelo desejável.

A região Oeste caracteriza-se por sua forte indústria agroalimentar alicerçada historicamente em unidades familiares de produção, tendo constituído, em apenas cinco décadas, o maior pólo agroindustrial de aves e suínos no país. Trata-se de um dos grandes exemplos brasileiros do potencial da agricultura familiar na alavancagem do crescimento econômico regional. (SILVESTRO, 2001, p. 32).

A modernização da agricultura foi construída no âmbito do Estado brasileiro, especialmente a partir do final dos anos 60, chegando também em Santa Catarina, neste encontrando um conjunto de características que potencializaram a modernização, como a existência de uma produção familiar dinâmica já articulada e um parque industrial em expansão, concentrado em atividades de produção e industrialização de matérias-primas agrícolas, destacando-se a existência das agroindústrias com enorme capacidade de empreendimento, que com o passar do tempo, transformaram-se em empresas líder no setor, sendo elas: SADIA, CHAPECÓ, PERDIGÃO, SEARA/CEVAL, COOPERCENTRAL, etc. (SILVESTRO, 2001).

Além de políticas públicas de financiamento a modernização dos parques industriais instalados no Estado e modernização da agricultura, financiadas pelo governo federal, especialmente o crédito rural, nos anos 70, com vários programas de incentivo: O Fundo de Desenvolvimento do Estado de SC - FUNDESC, o Programa Especial de Apoio a Capitalização de Empresas - PROCAPE e o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Suínos de SC - PROFASC. (TESTA et al, 1996).

A agricultura familiar vai além da produção para o consumo interno, conforme Berezanski (2008), atinge o mercado externo.

A agricultura familiar no Brasil, segundo dados do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, representa 85,2% do total dos estabelecimentos, que ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional. Estes agricultores com apenas 30,5% da área, respondem por 37,9% de toda a produção nacional. Demonstra-se que há boa eficiência, produtiva, neste sistema. Há muito se tinha que a agricultura familiar era tão só atividade de subsistência. Isto não é verdade, pois a agricultura familiar é



responsável por produtos para o mercado interno e produtos para o mercado externo. (BEREZANSKI, 2008, p. 1).

### **4.3 Agricultura familiar e inovações tecnológicas**

A FAO, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, e o INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária definem a agricultura familiar como: aquele agricultor que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+80%), cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha essencialmente de membros da família, que a gerência da propriedade rural seja feita pela família e que os fatores de produção pertencem à mesma, com exceção, às vezes, a terra, e sejam passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes. (BLUM, 1999).

Para Abramovay (1997), a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Já para Testa et al (1996), a produção agrícola familiar tem como principal critério a composição da força de trabalho, que em sua maioria é vinda da mão-de-obra familiar que gerencia o estabelecimento.

Segundo Friedmann (1986 apud BRUMER, 1999), a produção familiar é caracterizada principalmente por apresentar algumas particularidades que são: a base da desigualdade entre os membros da família está na divisão de trabalho de acordo com gênero e idade; a produção é organizada através de relações de parentesco, havendo uma correspondência entre a propriedade e trabalho; os indivíduos que investem e consomem são os mesmos, não ocorrendo uma divisão estrutural entre lucro e salários. Conforme Gasson et al (1988) apud Brumer (1999) a atividade agrícola ainda pode ser caracterizada como um negócio fundamentalmente familiar, pois os responsáveis mantêm entre si relações de parentesco ou casamento, a propriedade do negócio é geralmente combinada com o controle da administração e o controle é passado de uma geração para outra dentro de uma mesma família.

De acordo com Testa et al (1996), a produção familiar é caracterizada pelo trabalho familiar, pela diversificação na atividade agrícola, com a predominância da renda advinda da agricultura, tendo como base os recursos naturais do solo, florestas e água. Dentre os cultivos, o solo propiciou a produção de milho, feijão, trigo, soja.

Segundo Albuquerque et al (2002), o núcleo familiar é o elemento central de organização gerencial e de decisão, onde a maior parte do trabalho é realizada pela família,

com uma economia geralmente diversificada e pluriativa, favorecendo a utilização de mão-de-obra. Observa-se ainda que a densidade ocupacional na agricultura familiar é cinco vezes maior em relação a patronal . A grande diversidade em relação ao meio ambiente, à situação dos produtores, à aptidão das terras, à disponibilidade de infra-estrutura, representa vantagens da agricultura familiar face as grandes propriedades rurais, além de focarem mais na direção dos interesses sociais, preservam mais o meio ambiente. Por tudo isso, a aceitação nos meios técnicos e científicos do conceito de agricultura familiar, em substituição a já ultrapassada visão de “pequena produção agrícola”, é uma realidade.

A agricultura familiar de acordo com Silva (2001), não se define pelo fato de ter uma área pequena e sim a partir de três características: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção pertencem a família.

Segundo FAO/Inra (1995), a agricultura familiar difere da agricultura patronal em métodos e concepções, na exploração do espaço, conforme a Tabela 1 a seguir:

**Tabela 1: Distinções entre os modelos patronal e familiar**

<b>Modelo Patronal</b>	<b>Modelo Familiar</b>
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões de terreno e de momento	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão-de-obra	Tomada de decisões in loco, condicionada pelas especificidades do processo produtivo
Pesada dependência dos insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida

Fonte: FAO/Inra (1995).

A preservação do modelo de produção agrícola familiar diversificada tem nas políticas de acesso à terra um importante instrumento para a fixação dos filhos dos pequenos agricultores que desejam permanecer na agricultura, pois com mais garantias e incentivos para permanência no meio rural propiciam segurança e rentabilidade ao produtor rural. (TESTA et al., 1996).

Ainda segundo Testa et. Al. (1996), a agricultura exige intervenção para que se tenha desenvolvimento regional sustentável e não apenas crescimento, sendo que tal intervenção deve ser feita com planejamento, que indique premissas, diretrizes, prioridades e estratégias para a atuação das instituições públicas e privadas para uma reorientação do desenvolvimento regional capazes de permitir uma absorção da mão de obra em condições dignas e adequação do uso dos recursos naturais, sem perder a competitividade econômica e acima de tudo respeitando o modo de vida da população regional.

De acordo com Conterato et al. (2007), outro ponto forte da agricultura familiar é a pluriatividade<sup>2</sup>, sendo uma das principais potencialidades, tanto para seu fortalecimento quanto para seu desenvolvimento, contribuindo para estabilização da agricultura familiar, pois:

1. Eleva a renda familiar no meio rural;
2. Estabiliza a renda em face da sazonalidade dos ingressos na agricultura;
3. Estratégia de diversificação das fontes de ingresso;
4. Contribui na geração de emprego no espaço rural;
5. Reduz as migrações rural-urbano;
6. Estima os mercados locais e desenvolve os territórios rurais;
7. Contribui e estimula as mudanças nas relações de poder e gênero;
8. Modifica o sentido da terra e do rural.

#### **4.3.1 Inovações tecnológicas**

Da mesma forma que o termo sociedade não define apenas um grupo de indivíduos, mas também as relações existentes entre eles, “tecnologia” é definido como um conceito abstrato que compreende tanto as ferramentas e as máquinas utilizadas por uma sociedade, quanto às relações entre elas, pois a palavra tecnologia sugere a idéia de materiais, porém a tecnologia vai, além disso, englobando o conhecimento, a habilidade, a experiência e a transferência de conhecimento de uma geração para outra. A tecnologia seria então a aplicação de conhecimento científico para a solução de problemas. (MACHADO, 1997).

O conceito tecnologia socialmente apropriada compreende uma forma particular de ver a sociedade; a própria palavra sugere que a tecnologia não é “neutra” por estar comprometida com um contexto de elementos sociais, políticos, econômicos, culturais. Para alcançá-la não há um único e definitivo caminho, mas diversas e

---

<sup>2</sup> Diversidade das atividades rentáveis do negócio.

distintas trilhas, que poderão ser diferentes para diferentes categorias sociais. (MACHADO, 1997, p.15).

Portanto, a partir da constatação de que diferentes grupos culturais e geográficos possuem tecnologias diferentes (em forma e grau), apropriadas às suas situações específicas e que essa determinação tecnológica é produto da essência de sua identidade cultural, portanto a melhor tecnologia é aquela que melhor se adapta à situação em que será utilizada. Conforme o autor historicamente um dos mais importantes papéis da agricultura, foi transferir recursos para as cidades, visando financiar o processo de industrialização, ficando ela própria descapitalizada e com isso a necessidade de melhoria dos processos gerenciais e tecnológicos na agricultura, haja visto o pouco investimento nesse setor. (MACHADO, 1997).

Conforme Rocha et al (1991), os países em desenvolvimento iniciaram suas ações em pesquisa agropecuária enfocando na tecnologia do processo, especialmente constituídas de práticas agrônômicas simples, como espaçamento, plantio, etc. Esse tipo de tecnologia não atrai a iniciativa privada, ficando assim o governo responsável pelos incentivos. Sendo que ao passar para o estágio seguinte, de tecnologias associadas a um produto, como trator, equipamento, fertilizante, semente, etc., a iniciativa privada se faz presente com maior intensidade.

Em Machado (1997), a tecnologia nos países desenvolvidos se desenvolveu como meio de livrar o homem da pobreza, e nos países em desenvolvimento além da percepção parcial desta questão, é chocante o grau de seletividade e exclusão social embutido em boa parte das tecnologias empregadas.

A inovação tecnológica é necessária para a agricultura familiar, que produz para o mercado, com cada vez mais necessidade de redução de custos. Outro aspecto da inovação é a possibilidade de introduzir novidades, novas tecnologias, gerando demandas de consumo, com a oferta de produtos agrícolas diferenciados, permitindo assim maior rentabilidade e assim surgindo cada vez mais oportunidades de negócios.

A agricultura familiar não é tecnologicamente retardatária nem passiva face à inovação tecnológica, tendo a mesma um papel importante no desempenho econômico-financeiro da propriedade, aumentando a produtividade, podendo criar oportunidades diferenciadas aos agricultores familiares, dependendo naturalmente da forma de inserção no processo produtivo, sua localização, escala e a forma com que estão organizados, neste caso podemos citar as cooperativas, com o importante papel associativo. (BUAINAIN et al, 2002).

Mesmo diante de todas as vantagens da modernização agrícola, não podemos esquecer

que há impactos muitos relevantes para a sociedade, dentre os quais destacam-se os impactos sociais, que provocaram uma intensificação da tendência a monocultura, com aquisições de máquinas agrícolas, substituindo mão de obra por grandes máquinas.

De acordo com Silva (2001), o número de tratores saltou cerca de 61 mil para mais de 527 mil entre 1960 e 1980, com predomínio de equipamentos médios e pesados. Em 1960, havia 470ha/trator, passando para 97ha/trator em 1980. Mesmo nos períodos mais recentes essa tendência se manteve, em 1995 cerca de 512,1 mil estabelecimentos rurais (10,0% do total) possuíam tratores, totalizando 803,7 mil unidades, isto é, 138,5 mil unidades a mais do que em 1985, fazendo com que os sistemas de parceria, colonato e de moradores fossem reduzidos nesse período. Foi nessa época que o atual modelo agrícola teve um caráter desempregador, pois cerca de 5,5 milhões de ocupações agrícolas foram eliminadas, passando de 23,4 milhões em 1985 para 17,9 milhões de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas em 1995, mostrando assim que a agricultura não se mostra capaz de manter o nível de ocupação esperado. Ao contrário, manda para as cidades enormes contingentes de mão de obra não qualificada, qual também não está dando conta de manter o nível do emprego.

Ainda segundo ao autor, outro efeito do processo modernizador foi o da intensificação de um sistema que já era historicamente concentrador do espaço rural. De um lado novas tecnologias, onde a grande propriedade pôde se estabelecer em determinados ecossistemas antes inviáveis devido a presença de fortes limitações ambientais. Também por meio de crédito abundante e barato, estimulou-se a aquisição de insumos agroquímicos, material genético e equipamentos para a redução dessas limitações, o que provocou a forte valorização do capital fundiário. Já por outro lado, tentaram inserir no processo “moderno” muitos pequenos agricultores, quais terminaram por se endividar<sup>3</sup>, tendo que abandonar suas terras para saldarem suas dívidas, abrindo caminhos para os grandes proprietários, adquirissem mais terras à preços baixos.

#### **4.4 Sustentabilidade**

A construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável e democrático é de

---

<sup>3</sup> Uma vez que os custos de produção por unidade de área dos sistemas agrícolas modernizados são muito elevados e, de forma geral, não compensados pelos aumentos de produtividade decorrentes, a receita líquida unitária desses sistemas tende a ser desfavorável, quando comparada com a dos sistemas tradicionais - com baixo uso dos insumos, pois como as médias e grandes propriedades operam com maiores escalas de produção tem maiores chances de se viabilizar economicamente com a agroquímica.

grande importância, sendo necessário estar articulado com a sociedade. A modernidade conformada no século XVIII na Europa de acordo com o tripé capitalismo/Revolução Industrial e ciência moderna vai se consolidar numa forma ocidental de relação homem/natureza baseada na visão e utilização mercantilista dos recursos naturais e numa lógica de domínio e controle, sendo que o correto seria de convivência e adaptação sobre os ecossistemas. (SILVA, 2001).

A definição de agricultura sustentável formulada pelo Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais durante a ECO-92 já refletia um acúmulo teórico de setores da sociedade civil, na projeção de um novo modelo:

A agricultura sustentável é um sistema de organização sócio-econômica e técnica do espaço rural, fundada numa visão equitativa e participativa do desenvolvimento, e que entende o meio ambiente e os recursos naturais como base da atividade econômica. A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e orientada por um enfoque científico holístico.

A agricultura sustentável preserva a biodiversidade, mantém a fertilidade dos solos e a boa qualidade dos recursos hídricos, conserva e melhora a estrutura química, física e biológica dos solos, recicla os recursos naturais e conserva a energia. A agricultura sustentável produz alimentos, matérias-primas e plantas medicinais diversificados e de alta qualidade.

A agricultura sustentável utiliza os recursos renováveis disponíveis a nível local, tecnologias apropriadas e acessíveis minimizando a utilização de insumos externos aumenta a independência local e a auto-suficiência, assegurando uma fonte de renda estável para os pequenos produtores, suas famílias e para as comunidades rurais, permitindo, ao mesmo tempo, a permanência na terra de um maior número de pessoas, o fortalecimento das comunidades rurais e a integração dos homens ao meio ambiente.

A agricultura sustentável respeita os princípios ecológicos da diversidade e interdependência, e utiliza os conhecimentos da ciência moderna para desenvolver e não para marginalizar o saber tradicional acumulado ao longo dos séculos por grandes contingentes de pequenos agricultores em todo o mundo. (FÓRUM GLOBAL DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS, 1992, p.144-145).

Conforme Silva (2001), o conceito de sustentabilidade, visto como um conceito em disputa, acompanhado ou não do termo desenvolvimento, nos traz uma noção de estilo de sociedade ocidental moderna e capitalista na qual o Brasil está inserido. E a busca da competitividade precisa ser conciliada com a da sustentabilidade, o que justifica a mobilização dos governos e da comunidade no sentido da construção de um modelo desejável

para as práticas agrícolas. Esta competitividade regional tem sido construída a partir da interação da produção agrícola familiar diversificada com o setor privado agroindustrial.

#### **4.5 A gestão das políticas na agricultura brasileira moderna**

Para Abreu (2008) o principal papel do Estado na economia agrícola esteve vinculado às políticas de regulamentação de preços mínimos com a menor intervenção possível no mercado como um todo. Essa política, no mesmo tempo em que alguns reclamam da intervenção pública, outros solicitam maior apoio e incentivos por parte do governo. Essa contradição aparente dos empresários, agricultores “reflete-se num fenômeno chamado feudalismo do Estado”. Que pode ser denominada de apropriação privada do Estado, através de grupos privados, não para fortalecer os agricultores, mas sim para beneficiar a propriedade de alguns detentores do capital. Preocupar-se com a condição do agricultor no meio rural é estar em acordo com a sustentabilidade.

Adotando práticas preocupadas com a sustentabilidade, os agricultores poderão manter uma biodiversidade protetora nas áreas agricultáveis e impedir o ataque constante de pragas. O que, por sua vez, reduzirá o uso de inseticidas poderosos. Desta maneira a aplicação de conhecimento e o desenvolvimento da sustentabilidade na agricultura pode promover uma maior conservação dos recursos naturais e da produtividade das áreas exploradas; reduzindo drasticamente o impacto da produção em larga escala no ambiente e otimizando a produção (e os lucros) com um mínimo de influência de elementos artificiais. Em paralelo, essas técnicas podem ser difundidas nas comunidades da área e gerar novas oportunidades de melhoria das condições de vida e fomentando o desenvolvimento das cidades existentes ao redor das áreas produtivas. (ABREU, 2008, p. 1).

Para Zuquim e De Benedictis (2001, p. 01), a modernização trouxe conseqüências no espaço agrário como:

O êxodo rural: a população rural brasileira passou de 50%, em 1964, para 22%, em 1999. O aprofundamento da concentração fundiária; a expansão da grande produção empresarial, o benefício governamental aos setores exportadores e produtores de matérias-primas; o declínio da produção de alimentos na década de 1980, o que resultou no aumento do custo de vida. É importante assumir que esse declínio foi revertido nos anos 90, quando a grande produção empresarial também assumiu o abastecimento do mercado interno. (ZUQUIM; DE BENEDICTIS, 2001, p. 01).

Hoje, a agricultura brasileira tem uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada, pois se pode entendê-la com seus seguimentos constitutivos, os CAIs e suas dinâmicas específicas. (ZUQUIM; DE BENEDICTIS, 2001, p.01)

As características de expansão agrícola podem ser resumidas com o aumento do padrão tecnológico articulando a implantação do complexo agroindustrial, no campo, sem o desaparecimento dos agentes como o latifúndio e a pequena propriedade. Assim sendo, uma política agrícola ancorada no crédito subsidiado, em outras palavras o projeto visava a capitalizar o campo, completando a sua monetarização, ainda com um custo social, bancado pelo Estado. As ações do Estado vinculam o crédito rural com a política de garantia de preço mínimo. (MENDONÇA; RIBEIRO; THOMAZ JUNIOR, 2002)

Segundo Mendonça, Ribeiro e Thomaz Junior (2002), “a modernização da agricultura é entendida como a adoção de novas técnicas e tecnologias no processo produtivo, propiciando significativas alterações na estrutura fundiária”.

Embora havendo instrumentos legais para o desenvolvimento de um programa de estabilização, acaba sempre, prevalecendo sobre os interesses agrícolas, as preocupações com o abastecimento interno e o controle de preços com medidas antiinflacionárias. A redução no volume de recursos de crédito rural na década de 1970, bem como dos subsídios, a partir de 1980, a fim de enquadrar a produção agropecuária, sistematicamente, no processo de estabilização econômica.

O processo de modernização, ao mesmo tempo implica a mentalização intra-setorial da agricultura, promove a substituição de elementos internos do complexo rural, por compras extra-setoriais, abrindo espaço para a criação de indústrias de bens, de capital e insumos para a agricultura. (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 20).

É necessária uma política de bens agrícolas exportáveis regulados entre os preços internos e preços externos e de *comodities*, pois, cada vez mais, se necessita de investimentos agrícolas com uma estabilização dos preços de vendas, através de alterações normativas na PGPM, e uma elevação dos preços mínimos dos produtos adquiridos. (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Com esses aspectos gerais a política agrícola do Brasil foi condicionada pelas políticas macroeconômicas de acordo com estabilização da economia mundial.

Construção coletiva de um país mais justo e igualitário. Esse é o desafio que move o governo a implantar um novo modelo de desenvolvimento do Brasil, capaz de diminuir as imensas desigualdades sociais e econômicas que retratam uma nação com alto padrão de concentração de renda, da propriedade, do conhecimento, da justiça e de tantos outros pontos fundamentais para o exercício pleno da cidadania. (ROSSETTO, 2004, p. 02).



Uma reforma agrária que vise transformar a estrutura de produção no campo se torna difícil dentro da estrutura política atual. Para Graziano da Silva (2002) a organização dos trabalhadores rurais é hoje ainda muito fraca. Os sindicatos oficiais são, em sua grande maioria, entidades apenas formais e cooperativas, que comportam todos os tipos de trabalhadores rurais, do pequeno proprietário ao bóia-fria, passando pelo parceiro, posseiro.

Com a modernização da agricultura, houve um processo de transição no meio rural. Muitos conseguiram adaptarem-se as novas tecnologias, outros tendo dificuldades, abandonaram o trabalho agrícola e foram buscar novas perspectivas na cidade.

O processo de modernização refletiu na produção, criando certas dificuldades quanto ao aumento produtivo, visto que o agricultor, receoso, manteve-se na espera de novas políticas agrícolas para aumentar sua produção, para ele não adianta produzir grandes quantidades se o produto não tiver preços que compensem a produção.

Nesse sentido, por mais que haja modernidade, o campo não conseguirá igualar-se a tais processos de inovações na sua totalidade. Sempre haverá uma pequena parcela que se moderniza e produz muito, e já estavam mais estruturados, porém, de outro lado, existe uma grande maioria que continua lutando para sobreviver no meio rural.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados coletados nos permitem a análise e a seguinte discussão:

### 5.1 Características dos produtores e das propriedades

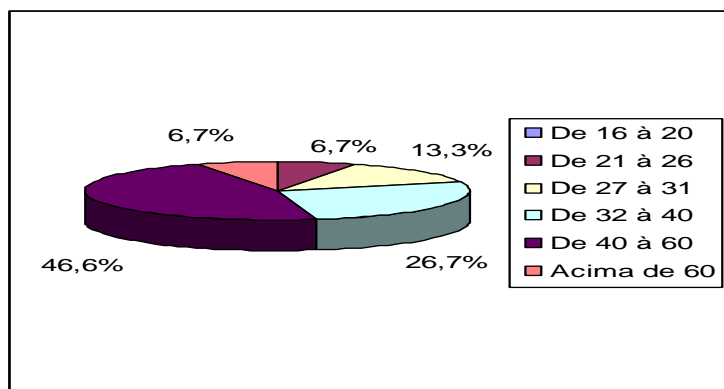


Gráfico 1: Faixa etária dos agricultores entrevistados.

Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Nas entrevistas realizadas nas propriedades, conforme o gráfico acima, pode-se identificar que em relação na questão de gênero fica evidente a predominância da masculinização, a redução dos filhos que ainda têm interesse em trabalhar neste meio. O que também evidencia o envelhecimento da população - disse: envelhecimento rural. pode-se visualizar que a faixa etária que permanece com maior índice está situada entre 41 à 60 anos de idade ou seja, 46,6% dos entrevistados que adicionado a faixa etária de 32 a 40 anos - 26,7%, perfazem um total de 73,3% da população, enquanto que dos 16 aos 26 anos de idade identifica-se apenas 13,2% dos entrevistados. Contudo podemos verificar que a população jovem, está nas cidades à busca de um futuro melhor.

De acordo com Melo (2002), a gratuidade do trabalho da mulher na agricultura tem como hipótese sua invisibilidade, ou seja, o não reconhecimento do seu trabalho nessa classificação de produtores agrícolas, sendo que 81% das mulheres envolvidas em atividades agrícolas não recebem nenhum tipo de compensação financeira pelo seu trabalho.

O trabalho da mulher na agricultura familiar é gratuito e considerado “ajuda”, mas a idéia que a mulher não faz parte do processo de trabalho na agricultura, muitas vezes está processada nas mentes não apenas dos homens, mas das próprias mulheres. (MELO, 2002)

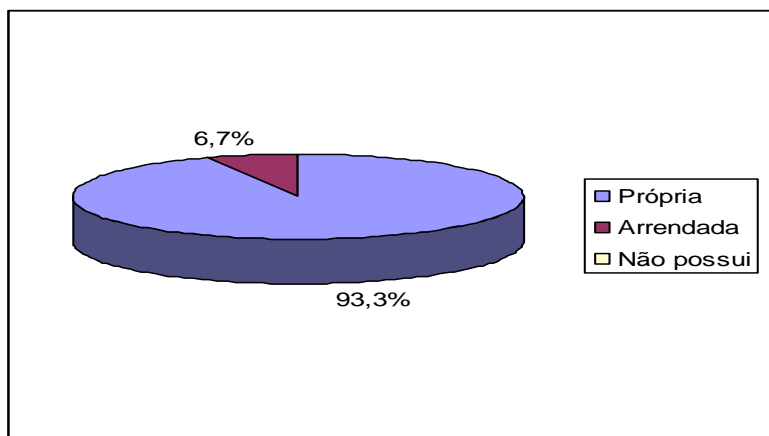


Gráfico 2: Situação das propriedades pesquisadas.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Outra característica marcante nas comunidades rurais do oeste catarinense, conforme o gráfico 02, é que em relação a situação das propriedades, 93,3% das propriedades são de origem própria, isto é, não são arrendadas.

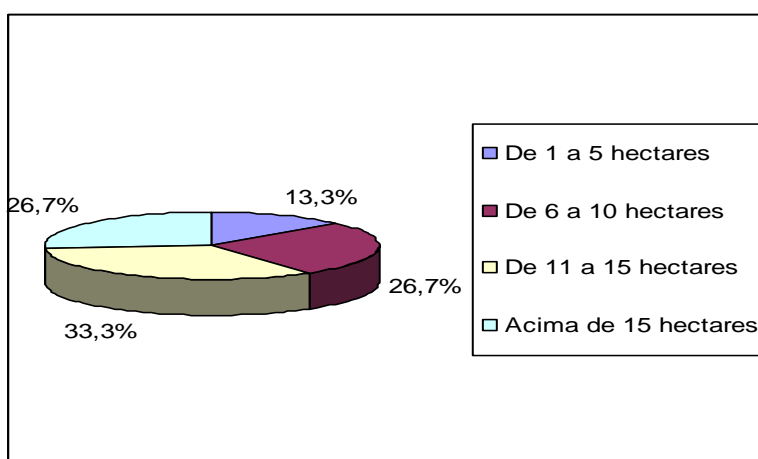


Gráfico 3: Tamanho das propriedades estudadas.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Com relação ao tamanho das propriedades dos agricultores familiares, em sua maioria a predominância é de propriedades entre 11 a 15 hectares, e que ainda é predominante a mecanização das atividades da propriedade, correspondendo através da coleta de dados 73,3% o total de terra mecanizável.

Segundo Testa et al. (1996) nos anos de 1975 a 1986 houve um aumento de propriedades rurais com menos de 20 hectares, principalmente os menores de 10 hectares.

## 5.2 Variáveis sociais

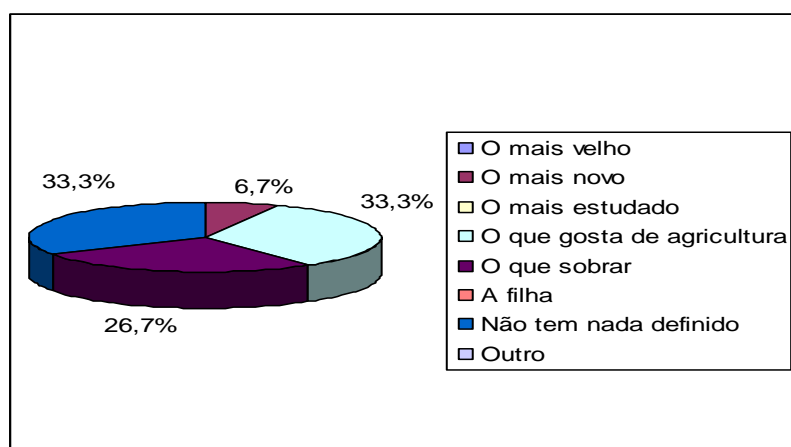


Gráfico 4: Percentagem dos possíveis escolhidos para sucessor nas propriedades.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

As famílias quando questionadas com relação a sucessão das propriedades, para nossa surpresa não têm nenhum tipo de planejamento, nada definido. Ainda que se tenha sucessão, a predominância do sexo masculino para sucessão das poucas propriedades que terão sucessão é outro dado relevante. Na maioria das famílias entrevistadas há pelo menos 1 aposentado que contribui na renda familiar. Conforme o gráfico 4 acima evidencia-se que para 33,3% dos entrevistados as propriedades não definiram seu sucessor; e o mesmo índice a sucessão fica para o que gostar da agricultura: já para 26,7% fica para o filho mais novo.

Avaliando o processo de sucessão hereditária, pode-se avaliar que os problemas envolvidos nesta questão parecem transformar-se numa ameaça que coloca em risco a reprodução econômica e social da agricultura.

Conforme Rover et al. (2006), na região Oeste, o critério de não possuir sucessor na unidade de produção obteve-se também índices elevados, o que mostra que nas propriedades familiares do Oeste Catarinense quase não existe essa tendência, na qual também demora na definição do sucessor e a ampliação do horizonte profissional dos jovens implicam o atraso da discussão de questões fundamentais para a unidade de produção.

Até o final dos anos 1960, existia um processo sucessório centrado no *minorato*, instituição pela qual a propriedade paterna é transmitida ao filho mais novo que, em contrapartida, fica com a responsabilidade de cuidar dos pais durante a velhice. Este padrão, também conhecido como ultimogenitura, não foi inteiramente eliminado (SILVESTRO, 2001 *apud* ABRAMOVAY et al., 1998).

De acordo com Mello et al. (2003), enquanto o filho mais novo ficava na propriedade os demais tinham a reprodução da profissão de agricultor viabilizada pela dotação dos meios materiais necessários e pela existência de um forte comércio de terras. Também, naquele período, existia uma elevada tendência natural e moral, da família e da comunidade, para a continuidade da profissão de agricultor.

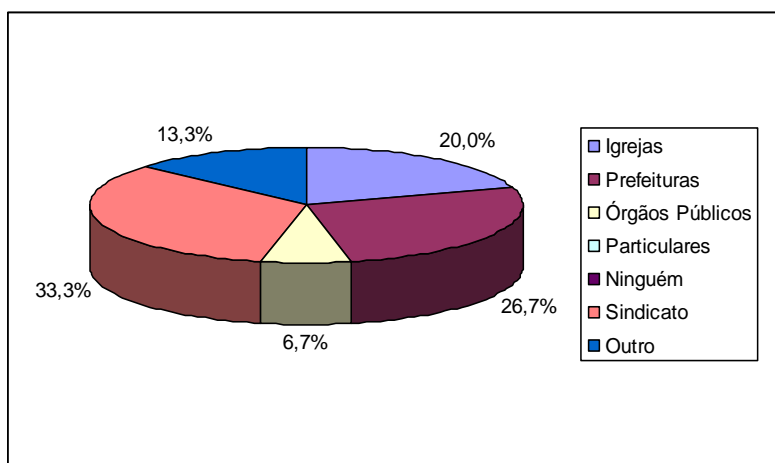


Gráfico 5: Percentagem das principais organizações em que os agricultores são apoiados.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Conforme o gráfico 5 acima evidencia-se que 20% tem apoio das igrejas; 26,7% nas prefeituras, 6,7% buscam apoio em órgãos públicos, 33,3% buscam apoio em sindicatos e 13,3% responderam que se apóiam em outros órgãos. O apoio mais oferecido aos agricultores pelas organizações é através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, informações úteis tanto para procedimentos à serem adotados na propriedade como, referente aos direitos e ao benefícios da agricultura familiar.

Para Blum (1999) a vivência em grupos sociais, para melhorar a resolução de problemas através da soma de forças e mentes, deve ser constante preocupação dos agricultores. A forma democrática de atuação grupal, o estudo de lideranças, a noção de dinâmica de grupo e o estímulo à forma participativa de planejamento, decisão e execução devem ser incentivadas em todas as instâncias de vivência dos agricultores em comunidade.

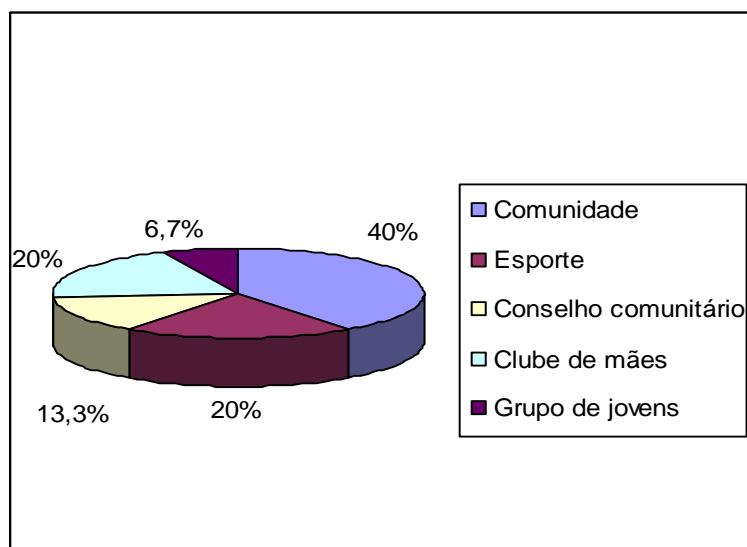


Gráfico 6: Principais formas de organização nas propriedades.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Outro fator importante a ser analisado é a forma de organização do meio rural, das pequenas propriedades, muitas delas, tomando como base a os resultados apresentados no gráfico 6 pode-se ver que os agricultores se organizam através de encontros comunitários, representando assim 40% da forma de organização. Conforme muitas famílias citaram, a tomada de decisões analisada em conjunto, têm maior eficácia. Em segundo ficou o esporte como meio de unir a comunidade que muitas vezes tratam de assuntos relevantes a partir de um jogo de futebol, ficando com 20% das famílias que afirmam que o esporte é essencial para integração da comunidade, além de manter a comunidade mais unida.

É através das reuniões que a comunidade pode destacar os principais problemas por eles enfrentados e em conjunto apresentar soluções. Conforme pesquisa 80% das famílias entrevistadas consideram as reuniões importantes para manter o grupo unido e organizado.

Para Schneider (1999) no modo de vida colonial, o comerciante, o dono de moinho ou o professor são as figuras que definem e simbolizam as lideranças da comunidade mesmo que em alguns casos não sejam eles que exercem algum tipo de cargo público como prefeito ou vereador.

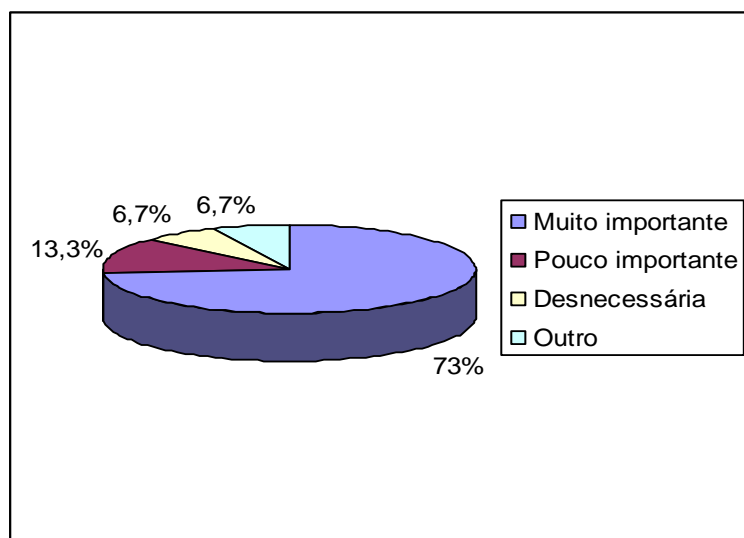


Gráfico 7: Processo decisório do grupo familiar.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Mesmo com a predominância dos “chefes de família”, eles consideram as opiniões das mulheres, importantes para o bom desempenho das atividades agrícolas. Conforme o gráfico 7 evidencia-se que 73% dos homens entrevistados consideram que a mulher tem poder de decisões atualmente no grupo familiar, 13,3% considera pouca a participação da mulher, 6,7% acha desnecessária a participação da mulher e 6,7% responderam outras alternativas.

Percebe-se que vários estudos e pesquisas sobre a agricultura familiar e mulher na agricultura destacam seu papel fundamental dentro e fora do grupo familiar, no entanto seu trabalho junto ao homem é visto como caráter secundário, auxiliar.

A mulher tem muito a conquistar no meio rural, porém com as entrevistas foi possível verificar que ela está participando das decisões do grupo familiar com mais frequência e com isso o reconhecimento de seu papel aos processos produtivos no meio rural.

### 5.3 Atividades agrícolas desenvolvidas e ações de mercado

Através da pesquisa, verificou-se que o principal cultivo nas propriedades é a agricultura, produção de grãos, além da avicultura, outra atividade muito praticada nas propriedades.

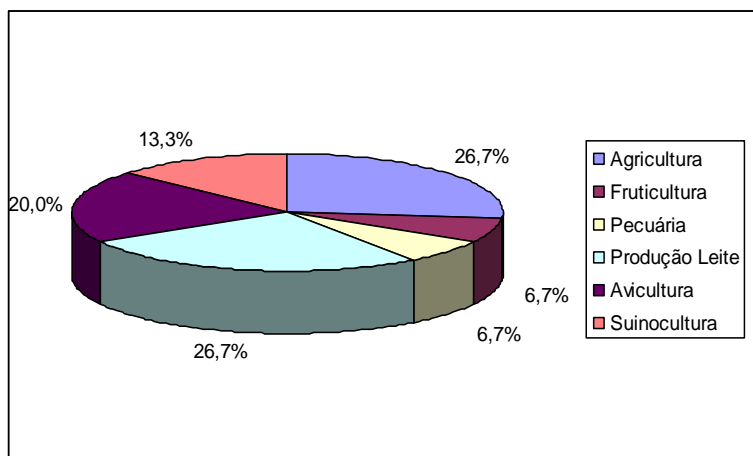


Gráfico 8: Atividades desenvolvidas nas propriedades.

Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Das famílias entrevistadas, 6,7% responderam que desenvolvem a agricultura, correspondendo a um bom índice se comparados com as demais; 6,7% cultivam a fruticultura e também 6,7% cultivam a pecuária; 26,7% cultivam a produção de leite, sendo considerado um bom índice, juntamente com a agricultura; 20% trabalham com a avicultura e 13,3% suinocultura. Através da pesquisa verifica-se que 53,3% dos cultivos na propriedade são necessários para sobrevivência, e que 46,7% fazem parte do complemento da renda, sendo que todas as atividades desenvolvidas na propriedade são o sustento das famílias. Com a pesquisa foi possível identificar que o que contribui para a produção de aves é o apoio das empresas para com os avicultores, que oferecem todo o acompanhamento nas propriedades por técnicos especializados.

Verifica-se através das respostas que são várias as atividades desenvolvidas na propriedade, por isso que as respostas foram múltiplas. Porém, a atividade que mais foi destacada foi a agricultura, outras duas atividades também são desenvolvidas a produção de leite e a avicultura, na maioria dos casos cada propriedade associa duas ou mais atividades, para poder sobreviver no campo. Sendo possível identificar a dificuldade de permanecer no campo, por isso muitas vezes é necessário realizar múltiplas atividades, representando 73,3% os agricultores entrevistados que realizam mais que uma atividade na propriedade para permanecer no campo.



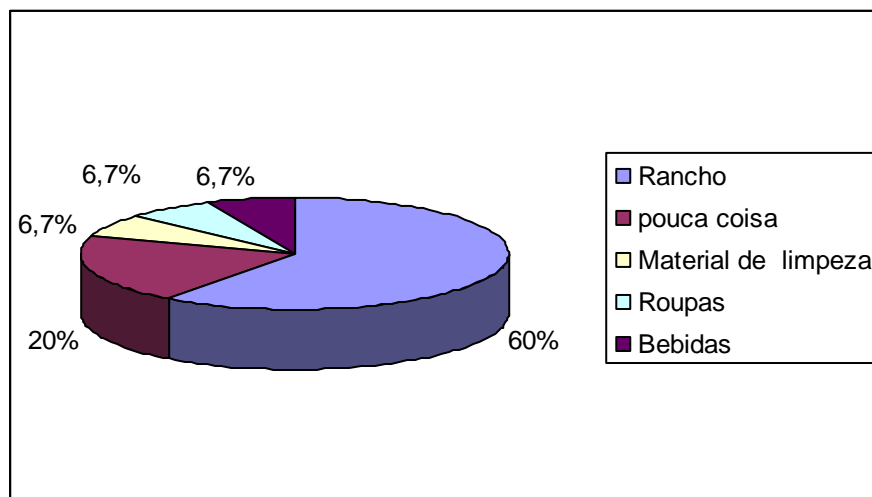


Gráfico 9: O que compra na comunidade.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Questionados sobre as compras efetuadas 60% das famílias fazem rancho na comunidade, 20% compram pouca coisa na comunidade, 6,7% compram apenas material de limpeza; 6,7% compram roupas e também 6,7% compram bebidas.

Mesmo com toda a diversidade da propriedade, os agricultores evitam produzir em pouca quantidade, sendo viável somente produção em grande quantidade, especificamente para venda. Pois os custos de produção são cada vez mais altos, não permitem muita diversificação em uma mesma propriedade. De acordo com o gráfico 9, verificou-se que 60% dos agricultores não produzem tudo que precisam para sobreviver e sim compram nas cidades, como demonstra o gráfico a seguir:

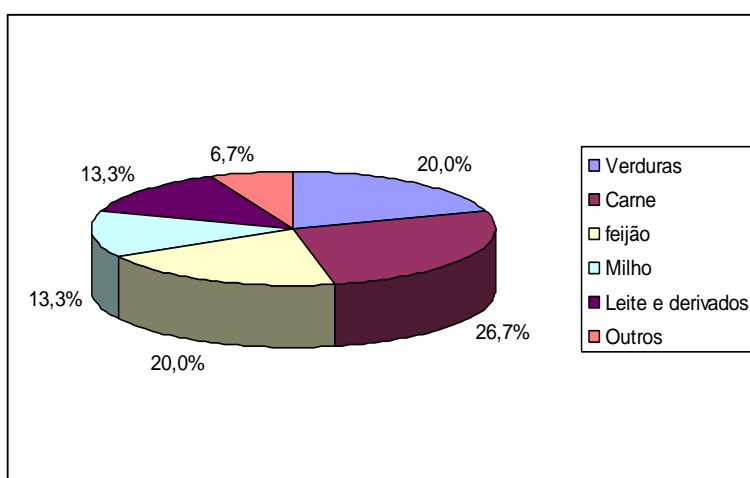


Gráfico 10: Produção e comercialização das propriedades.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Sobre os produtos que a propriedade produz e comercializa, nesta questão obteve-se 20% comercializam verduras; 26,7% carne; 20% comercializam feijão; 13,3% dos entrevistados responderam que comercializam milho; 13,3% leite e derivados, 6,7% responderam que comercializam outros produtos.

Conforme vimos no Gráfico 9, 60% dos agricultores compram nas cidades materiais para consumo, isso explica que 86,7% dos agricultores não transformam a matéria-prima nas propriedades. Pois vendem para cooperativas para que estas façam a transformação da matéria-prima em produto acabado.

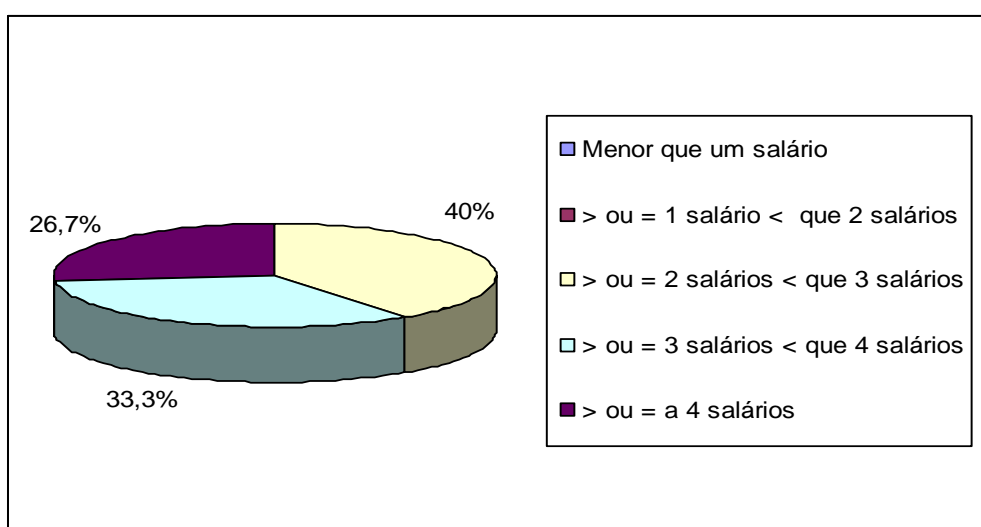


Gráfico 11: Renda bruta mensal nas propriedades.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

A agricultura familiar do oeste catarinense, ainda carece de muita atenção, pois conforme pesquisa a maioria dos agricultores não tem renda suficiente para investimentos, apenas produzem para consumo e subsistência, sendo que apenas 26,7% dos agricultores entrevistados têm renda maior ou igual a 4 salários, conforme gráfico 11. Quando se fala em agricultura familiar, estamos falando da pequena propriedade, do trabalho em família, que necessita de apoio por parte de nossos governantes. A origem da renda dá-se através dos cultivos agrícolas, avicultura e produção de leite.

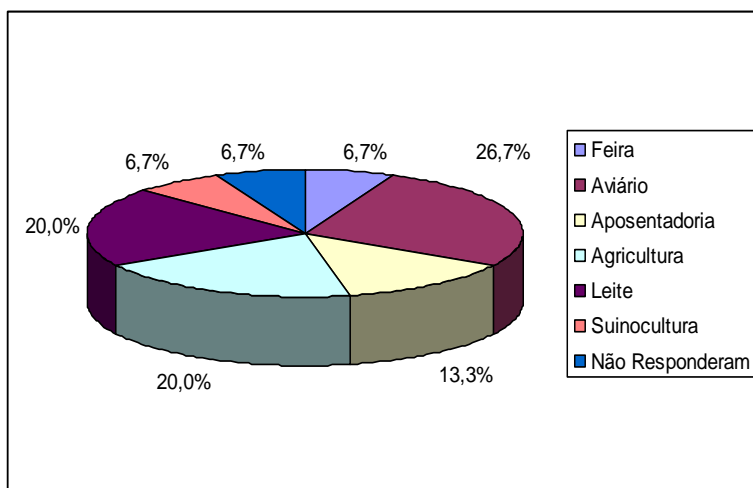


Gráfico 12: Origem da principal fonte de renda das propriedades.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Quando questionadas sobre a origem principal da renda, o gráfico 12, nos mostra que, 6,7% entrevistados responderam que a renda vem através das feiras livres promovidas pelas prefeituras, e 26,7% responderam que é através da avicultura, já 13,3% responderam que a renda vem da aposentadoria, 20% dos entrevistados comentaram que a renda vem da agricultura, também 20% responderam que é a renda vem do cultivo do leite, 6,7% pessoas responderam da suinocultura e 6,7% não responderam.

Conforme Testa et al. (2003) a produção de leite participa como importante fonte de renda nas propriedades. Estrategicamente faz parte dos sistemas de produção dos estabelecimentos agrícolas e, ainda como uma alternativa de grande potencial de inclusão, assumindo a condição de atividade âncora para a maioria dos agricultores familiares.

Conforme Silvestro et al. (2001) existem fontes de renda vindas de fora do estabelecimento, a aposentadoria.

## 5.4 Processo decisório

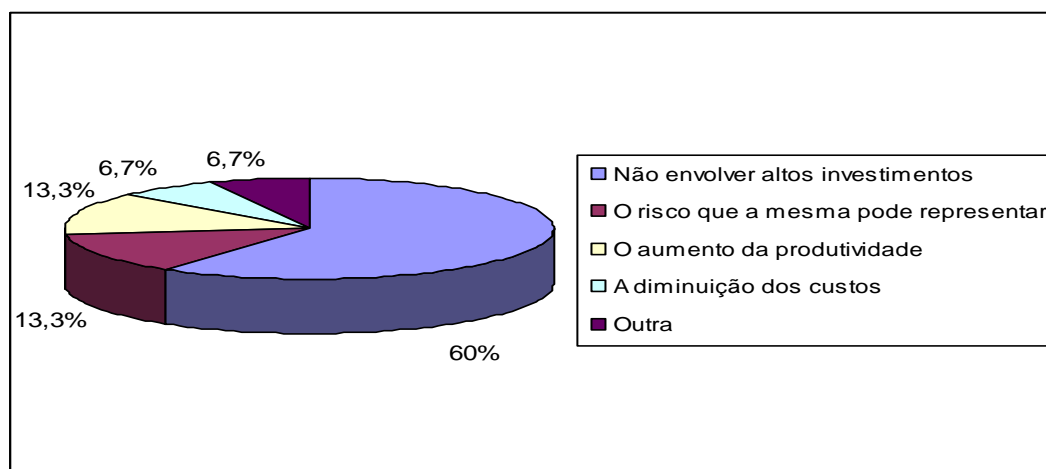


Gráfico 13: Planejamento para realizações de melhorias nas propriedades.

Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

A realidade dos pequenos agricultores, indica que para realizar investimentos nas propriedades, as famílias envolvem custos, se a aplicação de recursos terá os retornos esperados na hora de investir nas propriedades, sendo que 60% das famílias se preocupam em não envolver altos investimentos na melhoria da produção, e 13,3% das famílias consideram o aumento da produtividade como o principal fator na hora de investir; 13,3% o risco que esse investimento pode representar; 6,7% dos entrevistados consideram que a diminuição de custos é importante para o planejamento da lavoura ou de qualquer outra melhoria e 6,7 responderam outros planos.

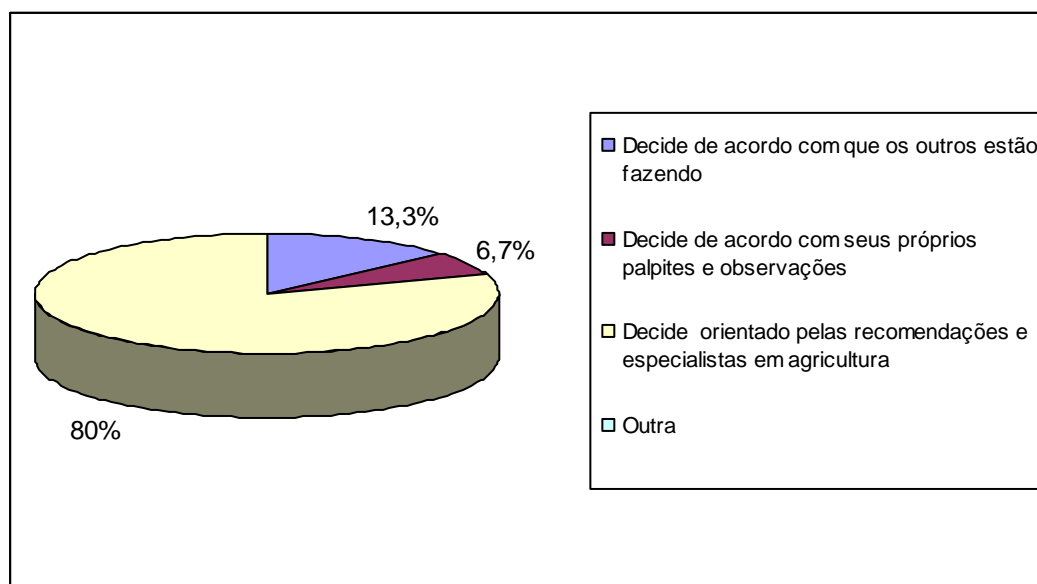


Gráfico 14: Processo de tomada de decisões nas propriedades, frente situações de risco.

Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Mesmo frente às situações de risco conforme gráfico 14, os agricultores tomam suas decisões orientados por recomendações de especialistas na agricultura, 80% dos agricultores consultam técnicos na hora de investir, iniciar uma nova atividade e mesmo na hora das vendas dos produtos.

De acordo com Dalmazo et al (1996) tomar decisões é um processo complexo, pois envolve mercado, situações, acessibilidade, disponibilidade de insumos, dentre outros. Sendo assim, a atividade agrícola, atualmente, implica em se tomar decisões frente às situações de riscos e incertezas.

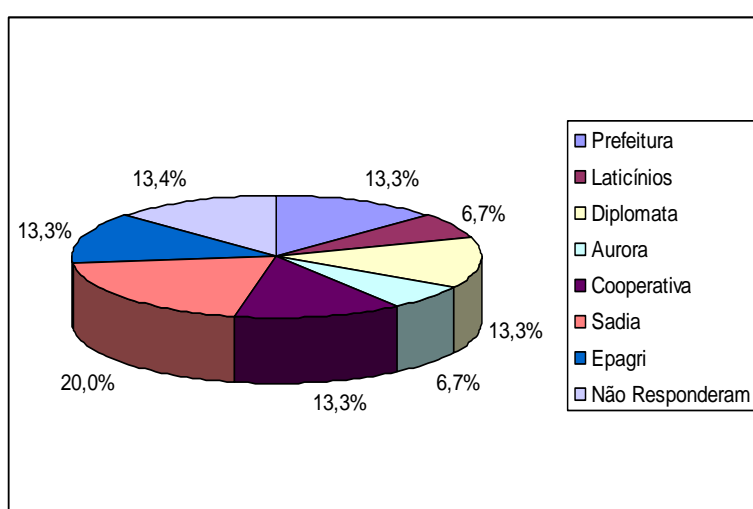


Gráfico 15: Principais formas de assistência oferecidas às propriedades.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Dentre os principais órgãos que fornecem assistência técnica aos agricultores destacam-se os órgãos públicos, como prefeituras, Epagri, e empresas privadas, tais como: Sadia, Diplomata, Aurora e as cooperativas que muitas fazem a compra da produção de grãos. Os laticínios também fornecem técnicos especializados para uma maior eficiência na produção do leite, informações de como armazenar o leite sem riscos para saúde.

Segundo gráfico 15, 13,3% dos agricultores responderam que a prefeitura é quem fornece assistência à eles; 6,7% os laticínios; 13,3% a Diplomata é quem dá assistência; 6,7% responderam que é a Aurora; 13,3% responderam que a assistência vem da Cooperativa; 20% responderam que a Sadia é quem dá assistência na propriedade; 13,3% a Epagri auxilia e 13,4% não responderam e nem comentaram sobre a questão.

As cooperativas existentes na região contribuem significativamente no repasse de informações aos agricultores. Conforme Dalmazo et al. (1996) isto pode ser explicado pela forte interferência do sistema cooperativista no Oeste catarinense. Estes contribuem com realização de compra de produtos, fornecimentos de insumos nas propriedades, medicamentos

veterinários, ração e normalmente com técnicos agrícolas, prestando atendimento aos agricultores em suas propriedades.

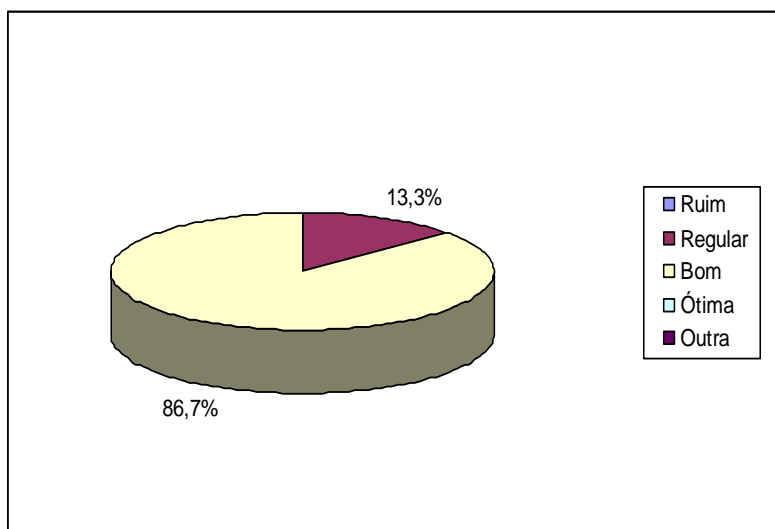


Gráfico 16: Percentagem da qualidade dessa assistência.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Quando questionados sobre a qualidade/satisfação dessa assistência, os agricultores responderam que estão satisfeitos com a assistência fornecida pelas empresas e pelas entidades, considerando que o acompanhamento na produção é essencial para que se tenha os resultados esperados no que diz respeito ao retorno da produção.

De acordo com o gráfico 16, quanto a qualidade da assistência 13,3% responderam que é regular e a grande maioria com 86,7% responderam que a assistência é boa, que condiz com a necessidade dos produtores.

Além das informações que os agricultores adquirem com a assistência técnica é importante que o mesmo não se detenha a apenas a elas. É necessário que o mesmo esteja atento as novas tecnologias no mercado, pois os avanços tecnológicos atuais são rápidos e complexos, de forma que os agricultores devem adotar uma posição de vanguarda na busca de informações e aprendizagem, assumindo a condição de administradores com uma visão sistêmica à auto-sustentabilidade (BLUM, 1999).

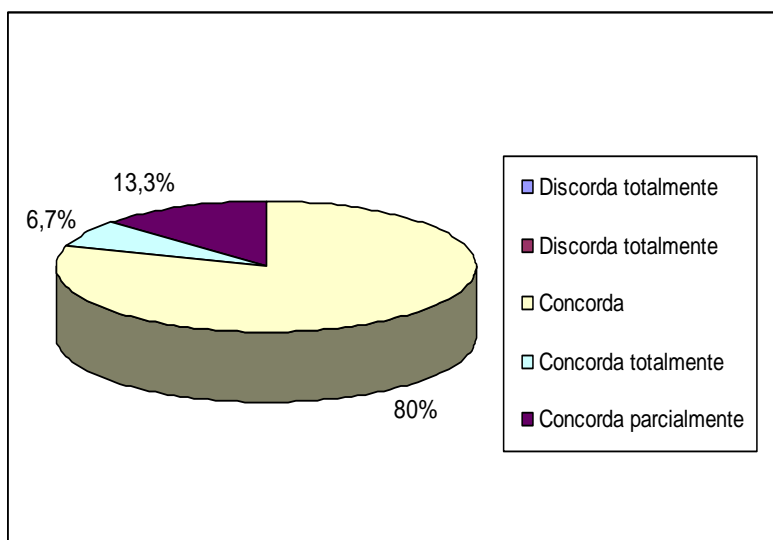


Gráfico 17: Inovações tecnológicas.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

No gráfico 17, verifica-se que 13,3% discordam totalmente da necessidade de se trabalhar de acordo com os avanços tecnológicos; 6,7% concordam que é necessário inovar; e 80% concordam que para sobreviver na atividade agrícola é necessário trabalhar de acordo com os avanços tecnológicos. Procurou-se verificar o que os agricultores pensam em relação às inovações tecnológicas, se eles consideram necessário investir na propriedade. Com isso verificou-se que 80% dos entrevistados concordam que é preciso inovar para manter-se no campo, porém muitos deles não conseguem acompanhar as tendências do mercado, pois dependendo da produção, o retorno não comporta o investimento realizado, sendo necessário anos de cultivo para obter retorno do investimento, com isso gerando a resistência de muitos agricultores em investir em novas técnicas de produção na propriedade. Quando questionados se realizaram algum tipo de inovações nos últimos 2 anos, 80% dos entrevistados afirmaram terem realizado alguma inovação na propriedade, mas em conversa informal com alguns destes, notamos que tais inovações foram realizadas por exigências da empresas que compram seus produtos.

Segundo Lacki (1995 apud BLUM, 1999) descrevem que é necessário introduzir inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais e, além disso, fazê-lo em todos os elos da cadeia de produção, isto é, no acesso aos insumos, na produção, na administração da propriedade, na transformação dos produtos e na comercialização do produto final.

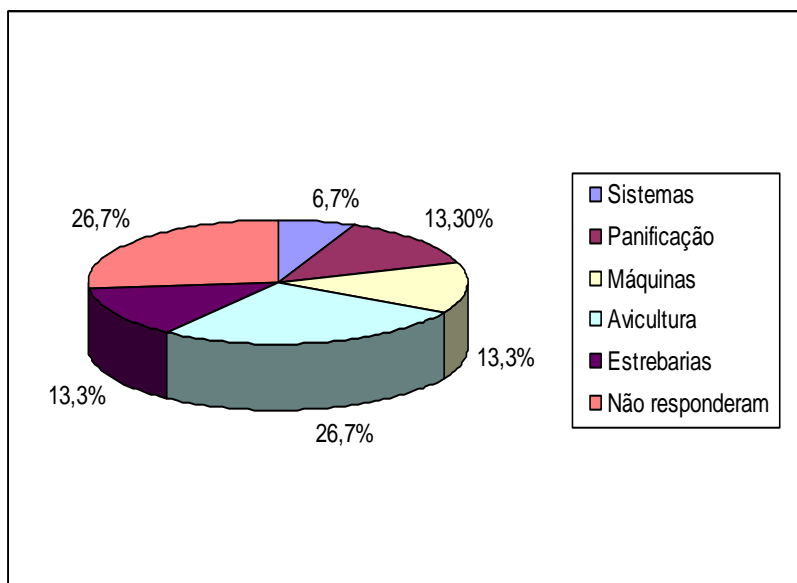


Gráfico 18: Principais inovações realizadas nas propriedades.

Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Quando questionadas sobre quais foram às inovações realizadas na propriedade, 26,7% dos entrevistados realizaram as inovações na avicultura, em máquinas e equipamentos para obter um melhor resultado no alojamento dos frangos. As demais atividades como a panificação, equipamentos para lavoura também tiveram alguma inovação, para um melhor desempenho das atividades, como demonstra o gráfico 18, porém de pouca significância. A atividade de panificação foi uma atividade de complemento da renda realizada por alguns agricultores da região pesquisada, correspondendo 13,3% sendo que esta atividade envolve as mulheres, que em conjunto produzem: massas, pães para comercialização em feiras da cidade de Chapecó - SC e região.



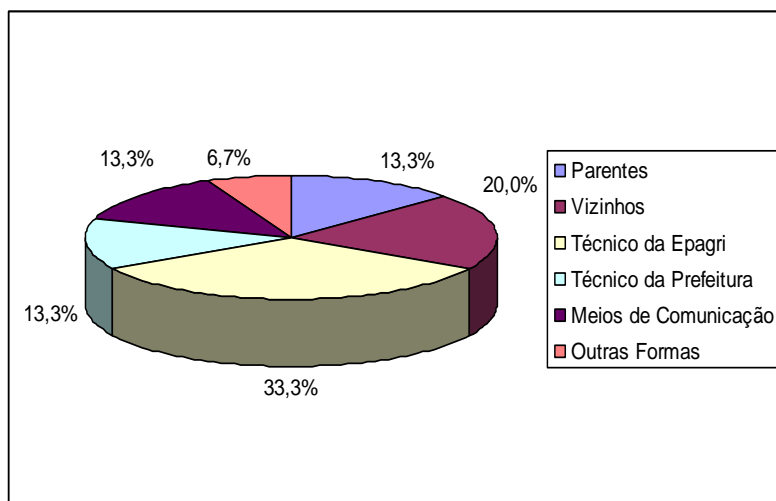


Gráfico 19: Meios de informações das propriedades para utilização de novas técnicas.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Essa questão procurou identificar como os agricultores se informam dos novos recursos para utilizar na propriedade e assim obter uma melhor eficiência na produção. Haja vista a região oeste catarinense ser um pólo industrial, principalmente na produção de aves, os entrevistados confirmaram que ficam sabendo da existência de novas técnicas, conforme gráfico 19 através dos técnicos da Epagri foram 33,3% das respostas; 20% através dos vizinhos; 13,3% ficam sabendo das novas técnicas através de parentes; 13,3% através dos técnicos da prefeitura; 6,7% comentaram que ficam sabendo sobre as novas técnicas através de outros meios.

Embora os agricultores tenham interesse em inovar, muitos ainda são impedidos de prosseguir com as inovações, pois a falta de recursos no campo ainda é um fator determinante na hora de inovar, sendo que 40% dos entrevistados não realizaram nenhuma inovação justamente como mostra o gráfico à seguir:

Para Oliveira et al (2007), destaca que as emissoras de rádio, por meio dos noticiários e programas sobre temas agrícolas, são utilizadas pelos produtores como a principal fonte de informação no meio rural, com destaque aos programas de rádio locais. Já a televisão é utilizada como segunda opção, onde os programas mais assistidos são Globo Rural, Canal Rural e Campo e Lavoura.

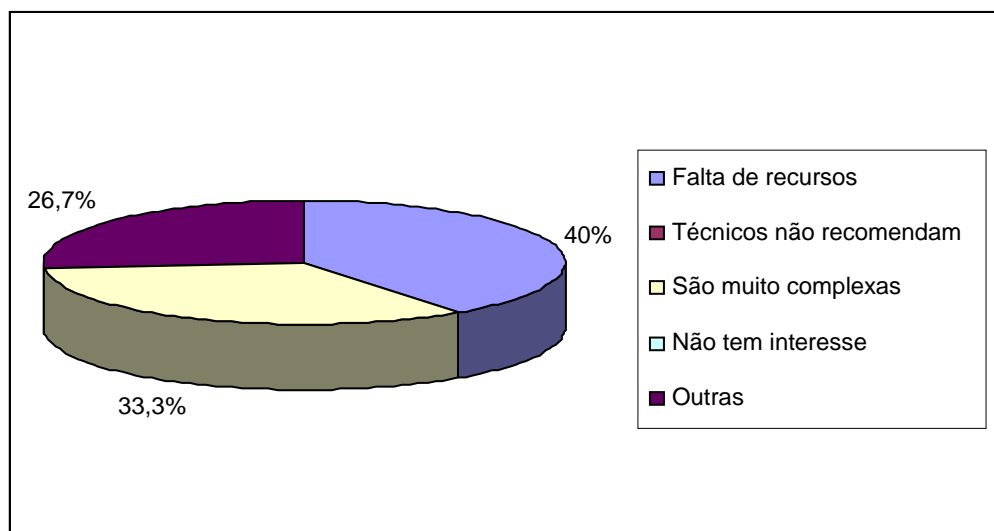


Gráfico 20: Percentagem dos problemas que impediram a realização de inovações.

Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Conforme gráfico 20 obtiveram-se de todos os itens questionados, os entrevistados responderam somente em três, sendo a razão pelas quais algumas propriedades não utilizaram ou não investiram em novas tecnologias, teve com 40% falta de recursos, 33,3% porque são muito complexas e 26,7% porque os técnicos não recomendam ninguém respondeu que não tem interesse e também não comentaram outras formas de inovações.

Dalmazo et al (1996) destaca que os altos preços dos insumos, equipamentos e materiais de construção, ligados à carência de capital para aquisição dos mesmos e a disposição de não usar crédito, estes muitas vezes limitados ao agricultor, resultam na falta de investimento nas propriedades rurais. Os mesmos autores abordam que as decisões tomadas a esse respeito são em função das relações de mercado a que estão submetidos e que os mesmos preferem tecnologias de baixo retorno e baixos riscos ou buscam minimizar riscos ao invés de aumentar a renda.

## 5.5 Formas de gestão

A forma de gestão nas propriedades aponta para a baixa disponibilidade de recursos tecnológicos e nem mesmo registro contábil na gestão dos recursos recebidos e das contas a pagar, para saber o lucro de cada atividade. Como demonstra o Gráfico 21, 93,3% dos agricultores pesquisados não possuem qualquer registro contábil na propriedade, número este, que mostra qual a verdadeira realidade da agricultura familiar na gestão dos recursos, ficando somente com 6,7% os agricultores que realizam a contabilidade da propriedade.

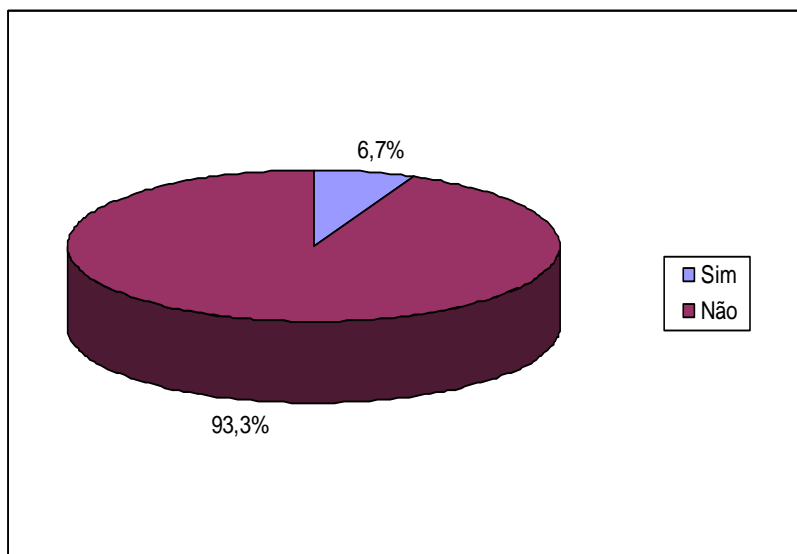


Gráfico 21: Utilização de registro contábil nas propriedades pesquisadas.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

O método de gestão nas unidades de produção familiar favorece melhores condições para a sua inserção nos mercados e na geração de rendas pelas famílias de agricultores, o que contribui para a sustentabilidade econômica, bem como, para melhoria da qualidade de vida no campo. (LOURENZANI et al, 2000).

A maioria dos agricultores não faz controle das receitas e despesas, nem análises dos custos, portanto não conhece as margens brutas, os lucros e as relações benefícios/custos. Para Brum (1999) os agricultores percebem que estão empobrecendo ou apenas se mantendo na atividade, mas não conseguem detectar a fonte dos seus problemas, desconhecem quais as atividades mais lucrativas e que deverão ser incentivadas e quais as deficitárias e que deverão ser eliminadas ou reduzidas.

Já com relação a modalidade de financiamento mais utilizada na agricultura, destacou-se o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, correspondendo 66,7% dos entrevistados, que atualmente estão pagando o financiamento oferecido pelo governo, para investimento na agricultura e para que os agricultores possam se manter no meio rural.

O PRONAF destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.

O aparecimento do PRONAF marca um momento singular na história agrária brasileira. Pela primeira vez tem-se um programa comprometido com o apoio àquele setor, que até o começo dos anos 1990, erroneamente se identificava como sendo o dos pequenos

produtores, o qual, em verdade, é responsável por nada menos que 38% do valor bruto da agropecuária nacional e por 57,1% no âmbito da região sul do país, empregando aproximadamente 83% da mão-de-obra ocupada nas atividades agropecuárias (GUANZIROLI et al, 2001).

Para Guanziroli et al (2001) atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.

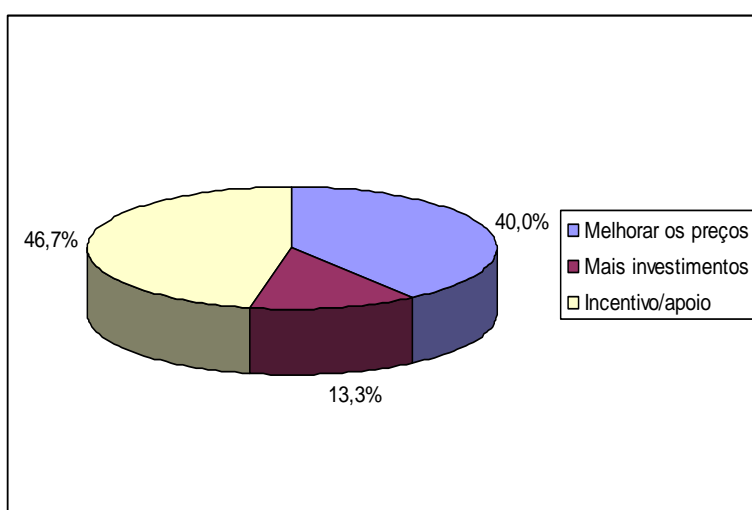


Gráfico 22: Premissas para a permanência dos agricultores no campo.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Ainda que haja investimentos no meio rural em novas técnicas, é preciso incentivos, pois de que adianta aumentar a produção se não tiver para quem vender esta produção, por isso é preciso garantir os preços mínimos dos produtos, para que o agricultor esteja seguro para produzir com a garantia do preço de venda.

Conforme o gráfico 22, 40% dos entrevistados afirmaram que os preços deveriam melhorar para aumentar a lucratividade da propriedade, já 13,3% consideram que há necessidade de mais investimentos no campo; e 46,7% dos entrevistados sentem muito a falta de incentivos e apoio no meio rural, sendo muitas vezes difícil manter-se no campo e incentivar os filhos a continuar com a produtividade.

## 5.6 Variáveis ambientais

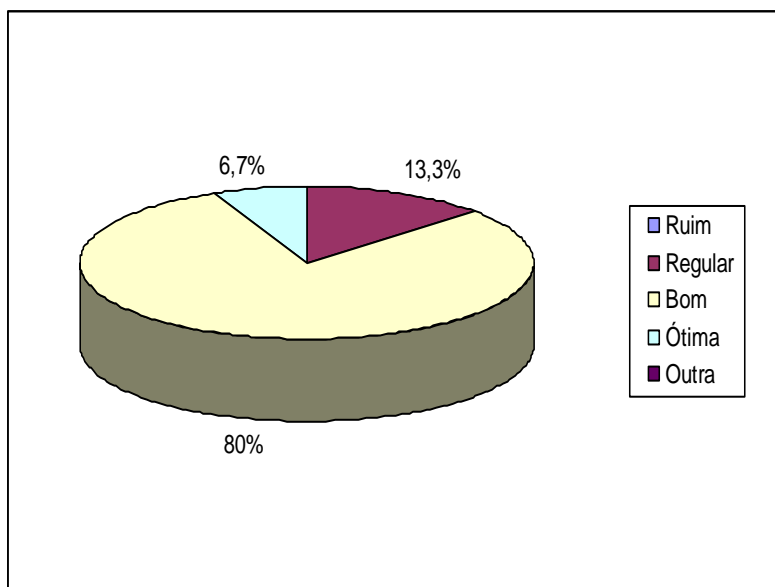


Gráfico 23: Qualidade da terra.

Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Os agricultores quando questionados sobre a qualidade da terra, conforme o gráfico 23 apresenta que 80% consideram a terra boa para o plantio, 13,3% consideram regular e 6,7% consideram ótima.

A utilização de práticas que melhoram a qualidade do solo é fundamental para o aumento das produtividades das culturas utilizadas nas pequenas propriedades rurais.

Segundo Malagodi e Quirino (2000) a erosão, a perda da fertilidade natural, do solo e a perda da capacidade de auto-recuperação da fertilidade da terra são fatores que tornam a agricultura familiar ainda mais vulnerável aos desafios do mercado de produtos agropecuários.

Os agricultores dependem do meio ambiente para sua reprodução e sobrevivência. O esgotamento dos recursos naturais, a impossibilidade de investimentos para recuperação, o baixo retorno que dá a terra levam os agricultores à pobreza e miséria (MENEGUETTI, 2000).

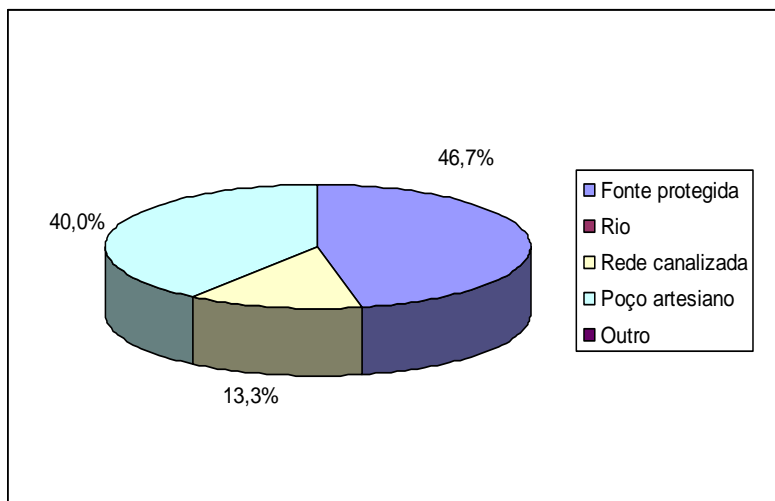


Gráfico 24: Água consumida.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

O gráfico 24 apresenta com detalhes o que os agricultores fazem para minimizar os efeitos da falta de água no meio rural, sendo que 46,7% dos agricultores têm fonte protegida; 13,3% rede canalizada e 40% utilizam água de poço artesiano. Ninguém respondeu que pega água de rio, também ninguém comentou que utiliza outras formas para obter água.

Segundo Conte (2008), a qualidade da água no meio rural, este que é um fator muito importante a ser considerado para a saúde humana, quanto a saúde animal.

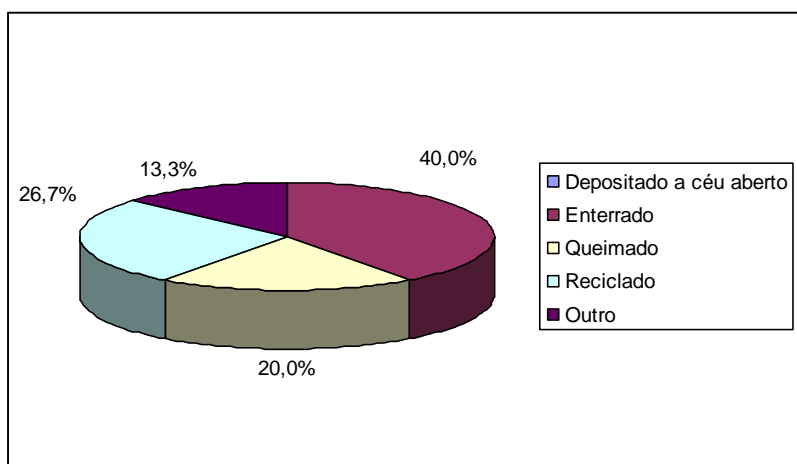


Gráfico 25: Lixo doméstico.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Quanto ao lixo doméstico na área rural, 40% dos agricultores enterram o lixo na propriedade, 26,7% fazem a reciclagem, pois o caminhão da coleta passa 2 vezes por mês nas propriedades, 20% queimam o lixo. Com isso pode-se verificar que a questão da reciclagem e da preservação ambiental vem ganhando espaço nas propriedades, com mais conscientização

sobre as formas de separação do lixo. O importante que ninguém deposita em céu aberto.

Quando questionados sobre o destino da embalagens de agrotóxicos 86,7% dos entrevistados responderam que a empresa que vende o produto também recolhe as embalagens, minimizando assim os efeitos nocivos que essas embalagens misturadas ao lixo comum podem causar.

Tantas embalagens se explicam porque toda produção é na maioria das vezes com a uso de agrotóxico, excepcionalmente todos responderam que usam, ou seja, 100% dos entrevistados. Os agrotóxicos colocados indiscriminadamente sobre as plantas, animais e sobre o solo, são responsáveis pela poluição dos recursos naturais (TESTA et al, 1996).

Conforme Testa *et al.* (1996) a aplicação de agrotóxicos traz como principais causas a presença de resíduos nos alimentos e intoxicação direta da população humana e dos animais. Além disso, ocorre a poluição da águas, diretamente através da lavagem de pulverizadores e indiretamente através do escoamento das águas de superfície e de percolação ao lençol freático.

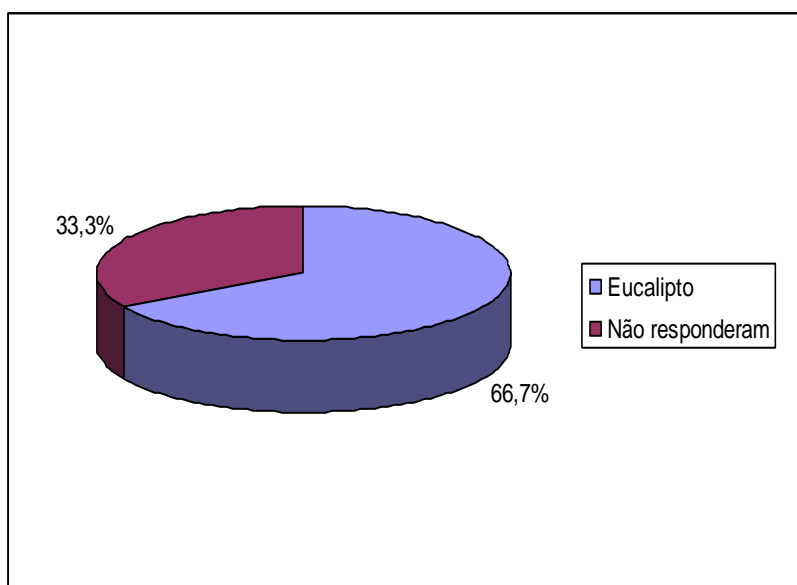


Gráfico 26: Formas de reflorestamento empregadas nas propriedades.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

As famílias quando questionadas sobre o que plantam no reflorestamento de acordo com o gráfico 28; 66,7% responderam que plantam eucalipto, por ser uma planta que se adapta bem a esta região e 33,3% não responderam.

Quanto ao reflorestamento 80% dos entrevistados responderam que têm feito reflorestamento, e 20% comentaram que não fazem, estes preocupados somente com os dias atuais, sem nenhuma perspectiva de futuro.

Segundo Testa et al (1996), o reflorestamento é uma atividade com potencial econômico bastante expressivo, a longo prazo. É uma atividade muito importante para a economia regional e para preservação do solo.

Outra questão importante relacionada com o solo é o plantio direto, onde 86,7% responderam que realizam plantio direto e 13,3% comentaram que não fazem plantio direto.

O plantio direto é uma das práticas que trás como benefícios a proteção contra o impacto das gotas da chuva, aumento do teor de matéria prima orgânica e a infiltração da água, reduzi a evaporação, a oscilação térmica favorecendo a micro e mesofauna do dolo (CONTE, 2008).

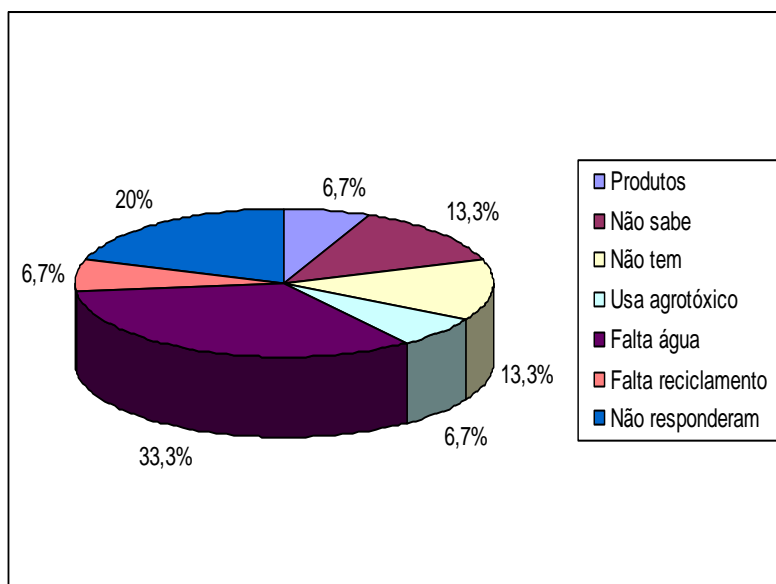


Gráfico 27: Problemas ambientais existentes nas propriedades.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Questionados sobre os problemas ambientais em sua propriedade foram encontrados conforme gráfico 27 destacou-se a falta de água como um dos principais problemas enfrentados pelos agricultores, totalizando 33,3% das respostas. Por isso a procura de outras formas de armazenamento de água e da perfuração de poços artesianos no meio rural. No oeste catarinense, os principais problemas ambientais estão ligados a redução da capacidade produtiva dos solos, especialmente para culturas anuais, e a baixa disponibilidade e qualidade da água. De forma geral as causas destes problemas se relacionam em ordem de importância com: erosão do solo; dejetos de suínos; uso de agrotóxicos, esgoto e lixo urbano e efluente industrial (TESTA et al. 1996).

As famílias quando questionadas sobre as técnicas existentes para controlar os problemas ambientais, os agricultores foram questionados sobre se sabem quais as técnicas



existentes para controlar esses problemas, dentre os quais 46,75% responderam que procuram se informar de novos métodos de produção ou até mesmo outras formas de preservar o meio ambiente, e 53,7% responderam que não sabem e que continuam produzindo conforme aprenderam com seus pais.

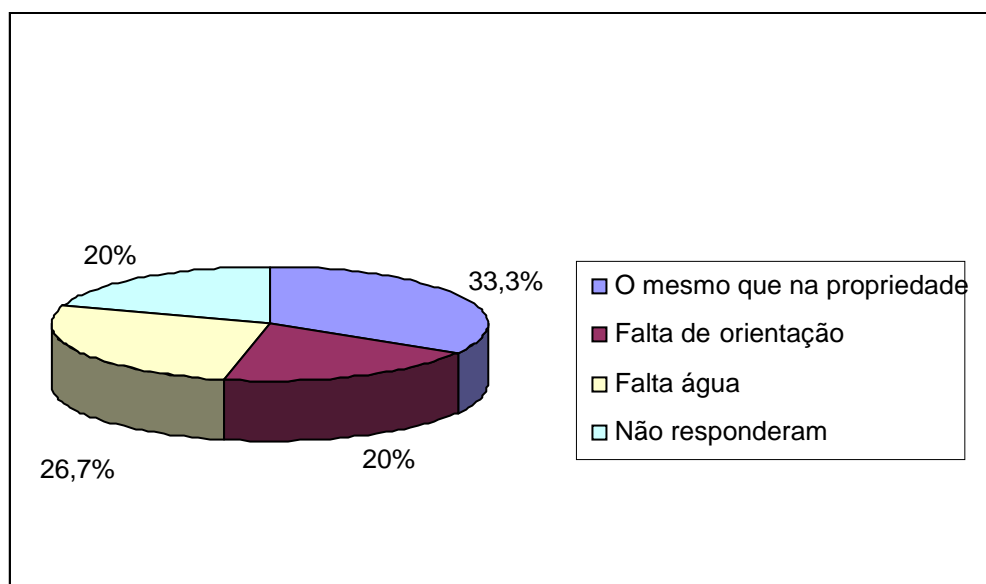


Gráfico 28: Principais problemas existentes nas propriedades/município.  
Fonte: Márcia Modesto de Abreu, 2010.

Sobre quais os principais problemas existentes nas propriedades e nos municípios conforme demonstra o gráfico 29, 33,3% dos entrevistados responderam que os problemas que existem no município existem também na propriedade rural, sendo eles: 20% é a falta de orientação de como proceder para melhorar a sua permanência no campo, 26,7% responderam que o maior problema é a falta de água e 20% não responderam, isto é, não deram importância aos problemas. Mesmo assim a tentativa de melhorar a produtividade e a preocupação com os problemas ambientais, vêm crescendo e fazendo com que muitos agricultores mudem sua forma de pensar e agir, para ter uma produção mais rentável e menos nociva para o meio ambiente, mas ainda há muito o que se fazer para que o meio rural seja de fato um lugar ideal, que produza com eficiência e eficácia.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho é resultante de uma pesquisa a campo que proporcionou mostrar a agricultura familiar sob a ótica dos próprios agricultores, apontar direções e como eles podem ampliar suas capacidades de produção.

O paradigma da tradicional agricultura que foi herdada dos pais e avós, e continua presente, dificultando uma mudança de atitude dos agricultores mais velhos, no sentido de aceitar que, aquele modelo exploratório de desbravamento da região, não permite a obtenção de renda suficiente para a manutenção da família.

No entanto, é necessário ampliar a capacidade de promoção de diagnósticos, a partir dos quais se possam obter mais informações sobre os agricultores e as suas potencialidades. No presente trabalho notou-se que os agricultores familiares e suas organizações representam novos desafios dos processos decisórios e suas implicações para a continuidade da agricultura familiar.

O perfil da agricultura familiar em Chapecó-SC e no oeste catarinense ficou evidente com a pesquisa, dentre os entrevistados a maioria é da faixa etária entre 41 à 60 anos, quais ainda permanecem nas atividades agrícolas. Outra característica marcante das propriedades rurais é a presença da mulher tanto nas decisões familiares, quanto nas realizações das tarefas.

A continuidade da agricultura familiar não tem nenhum critério definido, razão pela qual se denota a falta de critério sobre a escolha dos filhos sucessores, até por que estes também não demonstram muito interesse pelo assunto.

Já com relação a administração dos recursos disponíveis, o primeiro passo em direção da tomada de decisão dos investimentos necessários é a análise de tornar a atividade viável economicamente, analisando custo e benefício.

Com a expansão da modernização do setor agropecuário formou-se uma expectativa no meio rural. Se os governantes contribuíssem com políticas de preços aceitáveis, o Brasil produziria muito mais e de melhor qualidade. Com a pesquisa foi possível identificar que não existem políticas públicas que garantam a permanência do agricultor no meio rural, há sim várias modalidades de concessão de crédito ao agricultor, mas isso ainda é pouco, é preciso incentivos para que estes permaneçam na agricultura.

A modernidade sonhada para os agricultores está muito longe de atingir seu estágio satisfatório para as famílias e para que essa modernidade chegue a todos os agricultores é importante a criação de políticas agrárias referentes a modernização e que estas dêem

oportunidades aos pequenos produtores, só assim, poderia se ter uma melhora no meio rural, permitindo desta forma, manter o agricultor no campo, de forma digna. Pois conforme a pesquisa realizada, verificou-se que as inovações que foram realizadas, foram realizadas por exigências da empresas que compram seus produtos. Verificou-se que 80% dos entrevistados concordam que é preciso inovar para manter-se no campo, porém muitos deles não conseguem acompanhar as tendências do mercado, pois dependendo da produção, o retorno não comporta o investimento realizado, sendo necessário, anos de cultivo para obter retorno do investimento, com isso gerando a resistência de muitos agricultores em investir em novas técnicas de produção na propriedade.

A partir dos resultados apresentados na pesquisa foi possível verificar que as tecnologias recomendadas, muitas vezes são ineficientes para o sistema de produção adotados na agricultura familiar, sendo necessárias políticas públicas que venham ao encontro das necessidades desses agricultores, e assim garantir a melhoria das condições de vida das famílias.

Com a modernização e os diversos fatores que desestruturam o meio social, desestrutura também os recursos da natureza, um mal para todo o ser humano do planeta, pois devido a miséria e a falta de uma infra-estrutura social o indivíduo usa de recurso para sua sobrevivência, desequilibrando todo os meios e recursos físicos do nosso habitat.

São desafios para a agricultura e uma proposta que pode trazer benefícios na forma de assentar aos que não tem terra e explorar novos desafios do desenvolvimento rural. Nessa percepção, é importante rever as leis e o papel que governos têm, quando o assunto é agricultura, desenvolvimento agrícola, reforma agrária, aguardada por muito tempo, porém, é lenta.

No Brasil o debate sobre desenvolvimento rural está bastante voltado ao papel da agricultura familiar, e esse caminho de desenvolvimento da agricultura familiar pode ser a possibilidade de diminuir as desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agenda 21 - Agricultura sustentável. O tortuoso caminho da sustentabilidade**: tendências recentes da agricultura na região Sul. São Paulo: FEA e PROCAM/USP, 1997.

ABREU, Carlos. **Desenvolvimento da sustentabilidade e a agricultura moderna**. São Paulo, 2008.

ALTMANN, R. *et al.* **Perspectivas para a agricultura familiar**: horizonte 2010. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003.

ALBUQUERQUE, L.; JOHN W. **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: Paralelo 15, 2002.

BENCKE, Fernando Fantoni; ZUANAZZI, Jeancarlo; FERREIRA, Jefferson Sacool; MONTEIRO, Ricardo Rodrigues; BERNARDY, Rógis Juarez. Análise de cenários sociais e econômicos regionais no Oeste de Santa Catarina. **I Encontro de Economia Catarinense**, 25 e 26 de abril de 2008.

BEREZANSKI, Irineu. **Agricultura familiar**: ameaças e oportunidades. Sebrae/SC, 2008.

BLUM, R. **Agricultura familiar, estudo preliminar da definição, classificação e problemática**. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar, realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

BOFF, Leonardo. **Ecologia - Grito da terra, grito dos pobres**. São Paulo, Ed. Àtica, 1998.

BRUMER, A. **Qual a “vocação” produtiva da agricultura familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura gaúcha**. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M.; SILVEIRA, J. M. **Inovação tecnológica na agricultura e agricultura familiar**. In: *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. LIMA, D. M.; WILKINSON J. (Org.). Brasília: CNPQ/Paralelo 15, 2002.

BOCCHI, João I et. al. **Monografia para economia**. São Paulo: Saraiva, 2004. 229p.

CEPA. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. **Números da agropecuária catarinense, agosto/2007**. Florianópolis: EPAGRI/CEPA, 2007.

CONTE, Sílvia. **Diagnóstico sócio-econômico e ambiental da agricultura familiar de baixa renda no município de Caibi (SC)**. Chapecó/SC: Unochapecó, 2008.

CONTERATO, Marcelo Antonio; SILVA, Carolina Braz de Castilho; KOPPE, Leonardo Antonio. **Agricultura familiar**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DALMAZO, N. L. SORRENSON, W. J.; FIGUERÓ, N. **Objetivos e atitudes dos pequenos agricultores diante de novas tecnologias**. Florianópolis: EPAGRI - Chapecó, 1996 (Documentos 208).

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2000.

FORUM GLOBAL DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS, 1992.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 205p.

\_\_\_\_\_. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GRAZIANO, José. **O novo Brasil rural**. 2. ed. rev. Campinas/SP: UNICAMP. IE, 2000.

LORENZONI, W. L.; PINTO, L. de B. CARVALHO, E. B. CARVALHO, E. C. A de CARMO, S. M. do. **A qualificação em gestão da agricultura familiar**, 2008.

MACHADO, Manoel Luiz da Silva. **A geração de tecnologia e o desenvolvimento da agricultura familiar**. Londrina: IAPAR, 1997.

MALAGODI, R.; QUIRINO, E. G. **A degradação ambiental por agrotóxicos na agricultura familiar: um estudo nos municípios de Laguna Seca, Alagoa Nova e Areia**. Relatório de Pesquisa. Campina Grande/PB: UFPB, 2000.

MELLO, M. A.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Revista Agricultura**. São Paulo, 2003.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; RIBEIRO, Dinalva Donizete; THOMAS JUNIOR, Antonio. **A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho**. Disponível em: [www.ub.es/geocrit/sn/sn119-44htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-44htm). Acessado em 19 de nov. 2005.

MIOR, C. L., **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, 2010.

OLIVEIRA, L. M.; MACHADO, A. D.; SCHNORRENBERGER, A. **A informação e o processo decisório do produtor rural**. In: XLV Congresso do Saber: conhecimento para a agricultura do futuro. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina, julho de 2007.

PAULINO, S. M. I.; SCHMIDT, W. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2003.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, J, S, M da et al. **Manual de projetos ambientais**. Santa Maria: UFSM, 1991.

ROSSETTO, Miguel. **Uma nova realidade fundiária para o Brasil**. Disponível em: [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br). Acessado em 15 de out. 2005.

ROVER et al. **Estudo da realidade rural do município de Novo Horizonte (SC): diagnóstico e projeções**. Relatório da disciplina Estudo da Realidade Rural do Curso de Agronomia. Unochapecó: Chapecó, 2006 *mimeo*.

SANTOS, Roseli M Rocha et. al. **Seminário sobre a Agricultura Brasileira nos Anos 90: Desafios e Perspectivas**. Curitiba:Ed. Da UFPR, 1991. 205 p.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 1999.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **Democracia e sustentabilidade na Agricultura: subsídios para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2001. 116 p.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SZMRECSANYI, Iamas. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.102 p.

SCHMIDT, V. D. B.; TURNES, V. A. **Novas iniciativas de desenvolvimento em Santa Catarina: Agroindustrialização em rede - Desenvolver**. In: Inovação nas tradições da agricultura familiar. LIMA, D. M. A.; WILKINSON J. (Org.). Brasília: CNPQ/Paralelo 15, 2002.

TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar** Realidades e perspectivas, 2. Ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 406 P

TESTA, V. M., NADAL R. de; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense** (Proposta para discussão). Florianópolis: EPAGRI, 1996. 247 p.

ZUQUIM Fernanda; BENEDICICTIS, Guilherme de. **Brasil: a modernização do espaço agrário e a questão fundiária**. Disponível em: <[www2.uol.com.Br](http://www2.uol.com.Br)>. Acessado em 20 de nov. 2005.

## **ANEXOS**



## ANEXO 1

**UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA REGIONAL DE CHAPECÓ UNOCHAPECÓ**  
**Centro de Ciências Sociais e Aplicadas**  
**Pós Graduação em Gestão Social de Políticas Públicas**

**DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA**

**Responsável:** Márcia Modesto de Abreu **Orientador:** Msc.Valdecir Bertollo

### 1. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTOR E DA PROPRIEDADE

Comunidade: \_\_\_\_\_

#### 1.1 Sexo

- 1 Masculino ( )  
2 Feminino ( )

#### 1.2 Faixa Etária

- 1 De 16 à 20 ( )  
2 De 21 à 26 ( )  
3 De 27 à 31 ( )  
4 De 32 à 40 ( )  
5 De 40 a 60 ( )  
6 Acima de 60 ( )

#### 1.3 Estado civil

- 1 Casado ( )  
2 Solteiro ( )  
3 Viúvo ( )  
4 Separado ( )  
5 Concubinado ( )  
Outros \_\_\_\_\_

#### 1.4 Escolaridade

- 1 Analfabeto ( )  
2 Primário incompleto ( )  
3 Primário completo ( )  
4 Ginásio incompleto ( )  
5 Ginásio completo ( )  
6 Segundo Grau incompleto ( )  
7 Segundo Grau completo ( )  
8 Superior incompleto ( )  
9 Superior completo ( )

#### 1.5 Filhos (n°):

##### 1.5.1 Idade e Escolaridade

Idade						
Nº	0 a 5	6 a 15	16 a 20	21 a 30	31 a 40	40 a 60

Escolaridade					
Nº	0	Até 4 anos	Até ensino fundamental	Até ensino médio	3º Grau

#### 1.6 Já morou em outro local?

- 1 Sim ( )  
2 Não ( )

#### 1.61 Por que voltou ou veio?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### 1.7 Mora com quem?

- 1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_  
3 \_\_\_\_\_

#### 1.8 Situação da propriedade:

- 1 Própria ( )  
2 Arrendada ( )  
3 Não possui ( )

Tamanho: \_\_\_\_\_

#### 1.8.1 Mecanizável:

- Nada ( )  
1 a 5 hectares ( )  
Mais de 5 hectares ( )

#### 1.9 Qual sua religião?

- 1 Católico ( )  
2 Evangélico ( )  
3 Espírita ( )  
4 Luterano ( )  
5 Não possui ( )  
6 Outro \_\_\_\_\_

#### 1.10 Como se informam dos acontecimentos?

- 1 Jornais ( )  
2 TV ( )  
3 Rádio ( )  
4 Lideranças ( )  
5 Vizinhos ( )  
6 Religiosos ( )  
Outros \_\_\_\_\_

## 2. VARIÁVEIS SOCIAIS

### 2.1 Quem será escolhido como sucessor da UP?

- 1 O mais velho ( )
- 2 O mais novo ( )
- 3 O mais estudado ( )
- 4 O que gosta de agricultura ( )
- 5 O que sobrar ( )
- 6 A filha ( )
- 7 Não tem critério definido ( )
- Outro \_\_\_\_\_

### 2.2 Há aposentados na família?

- 1 Sim ( )
- 2 Não ( )
- Se sim, quantos? \_\_\_\_\_

### 2.3 São apoiados por alguma organização? Qual?

- 1 Igrejas ( )
- 2 Prefeitura ( )
- 3 Órgãos públicos ( )
- 4 Particulares ( )
- 5 Ninguém ( )
- 6 Sindicato ( )
- 7 Outro \_\_\_\_\_

### 2.4 Que tipo de apoio?

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_
- 3 \_\_\_\_\_

### 2.5 De que forma a comunidade se mantém unida?

- 1 Reuniões
- 2 Trabalhos comunitários
- 3 Divisão de tarefas
- 4 Festas/confraternização
- 5 Religião
- 6 Nenhum
- 7 Outros \_\_\_\_\_

### 2.6 Faz parte de alguma organização?

- 1 Sim ( )
- 2 Não ( )
- Se sim, qual \_\_\_\_\_

#### 2.7.1 Gostaria de fazer parte?

- 1 Sim ( )
- 2 Não ( )
- Por quê? \_\_\_\_\_

### 2.7 Qual a importância da organização?

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_

### 2.8 Quais os principais problemas da comunidade?

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_

### 2.9 o que é feito quando surge um problema na comunidade?

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_

### 2.10 A participação das mulheres nas decisões do grupo familiar é:

- 1 Muito importante ( )
- 2 Pouco importante ( )
- 3 Desnecessária ( )
- 4 Outro \_\_\_\_\_

### 2.11 Quais os planos para a unidade de produção ou da família?

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_

### 3. VARIÁVEIS ECONÔMICAS

#### 3.1 Quais atividades desenvolve na sua propriedade?

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_
- 3 \_\_\_\_\_
- 4 \_\_\_\_\_

#### 3.2 Porque desenvolve estas atividades?

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_
- 3 \_\_\_\_\_
- 4 \_\_\_\_\_

#### 3.3 Gostaria de partir para outra atividade?

- 1 Sim ( )
  - 2 Não ( )
- Se sim, qual \_\_\_\_\_

#### 3.4 Já desenvolveu outras atividades na propriedade?

- 1 Sim ( )
  - 2 Não ( )
- Se sim, qual \_\_\_\_\_

#### 3.5 Por que parou com a atividade?

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_

#### 3.6 Possui outra atividade além de agricultor?

- 1 Sim ( )
  - 2 Não ( )
- Se sim, qual \_\_\_\_\_

#### 3.7 O que compra fora:

Na Comunidade

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_
- 3 \_\_\_\_\_

No município

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_
- 3 \_\_\_\_\_

Na região

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_
- 3 \_\_\_\_\_

#### 3.8 Que produtos (alimentares ou não) você produz para:

Auto-consumo

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_
- 3 \_\_\_\_\_

#### Comercialização

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_
- 3 \_\_\_\_\_

#### 3.9 Faz transformação de produtos na propriedade?

- 1 Sim ( )
  - 2 Não ( )
- Se \_\_\_\_\_ sim, \_\_\_\_\_ qual \_\_\_\_\_

#### 3.10 Qual a renda bruta mensal na propriedade?

- 1) Menor que um salário( ) \_\_\_\_\_
- 2) > ou = 1 salário < que 2 salários ( ) \_\_\_\_\_
- 3) > ou = 2 salários < que 3 salários ( ) \_\_\_\_\_
- 4) > ou = 3 salários < que 4 salários ( ) \_\_\_\_\_
- 5) > ou = 4 salários ( ) \_\_\_\_\_

#### 3.11 Qual a origem da principal renda?

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

#### 3.12 Empréstia o talão de produtor à outras pessoas?

- 1 Sim ( )
  - 2 Não ( )
- Se sim, por quê? \_\_\_\_\_

#### 4. PROCESSO DECISÓRIO

**4.1 Antes de o Senhor planejar uma lavoura ou a melhoria em sua criação o que considera em primeiro lugar?**

- 1 Não envolver altos investimentos ( )
- 2 O risco que a mesma pode representar ( )
- 3 O aumento da produtividade ( )
- 4 A diminuição dos custos ( )
- 5 Outra \_\_\_\_\_

**4.2 A atividade agrícola implica em se tomar decisões frente à situações de riscos e incertezas. Desta forma, quais das situações abaixo faz o senhor se sentir mais confiante para enfrentar as incertezas e os riscos da atividade agrícola?**

- 1 Quando o Sr. decide de acordo com que os outros também estão fazendo ( )
- 2 Quando o Sr. decide de acordo com seus próprios palpites e observações ( )
- 3 Quando o Sr. decide orientado pelas recomendações dos técnicos e especialistas em agricultura ( )
- 4 Outra \_\_\_\_\_

**4.3 Possui assistência técnica?**

- 1 Sim ( )
- 2 Não ( )

**4.4 Quais empresas, entidades, organizações, órgãos público fornecem assistência técnica?**

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_
- 3 \_\_\_\_\_

**4.5 Qual é a qualidade desta assistência?**

- 1 Ruim ( )
- 2 Regular ( )
- 3 Boa ( )
- 4 Ótima ( )
- 5 Outra \_\_\_\_\_

**4.6 Para sobreviver na atividade agrícola atualmente, é necessário trabalhar de acordo com os últimos avanços das técnicas modernas. O que o senhor acha disso?**

- 1 Discorda totalmente ( )
- 2 Discorda ( )
- 3 Concorda ( )
- 4 Concorda totalmente ( )
- 5 Concorda parcialmente ( )

**4.7 Fez alguma inovação na propriedade nos últimos dois anos?**

- 1 Sim ( )
  - 2 Não ( )
- Se sim, qual foi? \_\_\_\_\_

**4.8 Caso tenha feito alguma inovação, como ficou sabendo das mesmas?**

- 1 Parentes ( )
- 2 Vizinhos ( )
- 3 Técnico da Epagri ( )
- 4 Técnico da Prefeitura ( )
- 5 Meios de comunicação ( )
- 6 Outras \_\_\_\_\_ formas

**4.9 Caso não tenha feito alguma inovação, quais as razões que lhe impedem de usar tecnologias na sua propriedade?**

- 1 Falta de recursos ( )
- 2 Técnicos não recomendam ( )
- 3 São muito complexas ( )
- 4 Não tem interesse ( )
- 5 Outras \_\_\_\_\_

**4.10 Como é a tomada de decisão na sua propriedade?**

- 1 Você decide sozinho
- 2 Decide com a família
- 3 Decide com ajuda de algum parente
- 4 Decide com ajuda de técnicos
- 5 Outras \_\_\_\_\_

#### 5. GESTÃO

**5.1 O senhor utiliza algum tipo de registro contábil de suas atividades?**

- 1 Sim ( )
- 2 Não ( )

**5.1.1 Em caso positivo, que tipo?**

- 1 Participa de programas de gestão agrícola. Qual \_\_\_\_\_ ( )
- 2 Guarda as notas fiscais ( )
- 3 Possui um caderno de receitas e despesas (livro caixa) ( )
- 4 Outros \_\_\_\_\_ ( )

**5.2 O senhor ou alguém da sua família (filho, filha, irmão) fez cursos profissionalizantes para as atividades exercidas na propriedade?**

- 1 Sim ( )
  - 2 Não ( )
- Quais? \_\_\_\_\_

**5.3 Emite mensalmente a nota fiscal de produtor?**

- 1 Sim ( )
- 2 Não ( )

**5.4 Possui algum tipo de financiamento?**

- 1 Sim ( )
- 2 Não ( )
- Se sim, qual? \_\_\_\_\_

**5.5 O que deveria ser melhor no meio rural para que o agricultor permanecesse na agricultura?**

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_

**6. VARIÁVEIS AMBIENTAIS**

**6.1 Qualidade da terra**

- 1 Ruim ( )
- 2 Regular ( )
- 3 Boa ( )
- 4 Ótima ( )
- 5 Outra \_\_\_\_\_
- Por quê? \_\_\_\_\_

**6.2 A água consumida é de:**

- 1 Fonte ao céu aberto
- 2 Fonte protegida
- 3 Rio
- 4 Rede canalizada
- 5 Poço artesiano
- 6 Outro \_\_\_\_\_

**6.3 O lixo doméstico é:**

- 1 Depositado a céu aberto
- 2 Enterrado
- 3 Queimado
- 4 Reciclado
- 5 Outro \_\_\_\_\_

**6.4 Usa agrotóxico**

- 1 Sim ( )
- 2 Não ( )

**6.4.1 Qual o destino das embalagens?**

- 1 \_\_\_\_\_

**6.5 Têm feito reflorestamento?**

- 1 Sim ( )
- 2 Não ( )
- Se sim, com quais espécies?
- Nativa \_\_\_\_\_
- Exótica \_\_\_\_\_

**6.6 Faz plantio direto**

- 1 Sim ( )
- 2 Não ( )

**6.7 Quais os problemas ambientais existentes na sua propriedade?**

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_
- 3 \_\_\_\_\_

**6.8 Sabe quais técnicas existem para controlar estes problemas?**

- 1 Sim ( )
- 2 Não ( )
- Se \_\_\_\_\_ sim, \_\_\_\_\_ quais \_\_\_\_\_

**6.9 Quais os problemas ambientais existentes na comunidade/município?**

- 1 \_\_\_\_\_
- 2 \_\_\_\_\_
- 3 \_\_\_\_\_

**6.10 Na sua opinião, a preocupação com a poluição e com a natureza (ex: provocada pelos dejetos de animais, conservação do solo, e uso de produtos químicos) tem feito com que os produtores tenham mudado suas práticas agrícolas?**

- 1 A maioria mudou ( )
- 2 Muitos mudaram ( )
- 3 Poucos mudaram ( )
- 4 Ninguém mudou nada ( )

